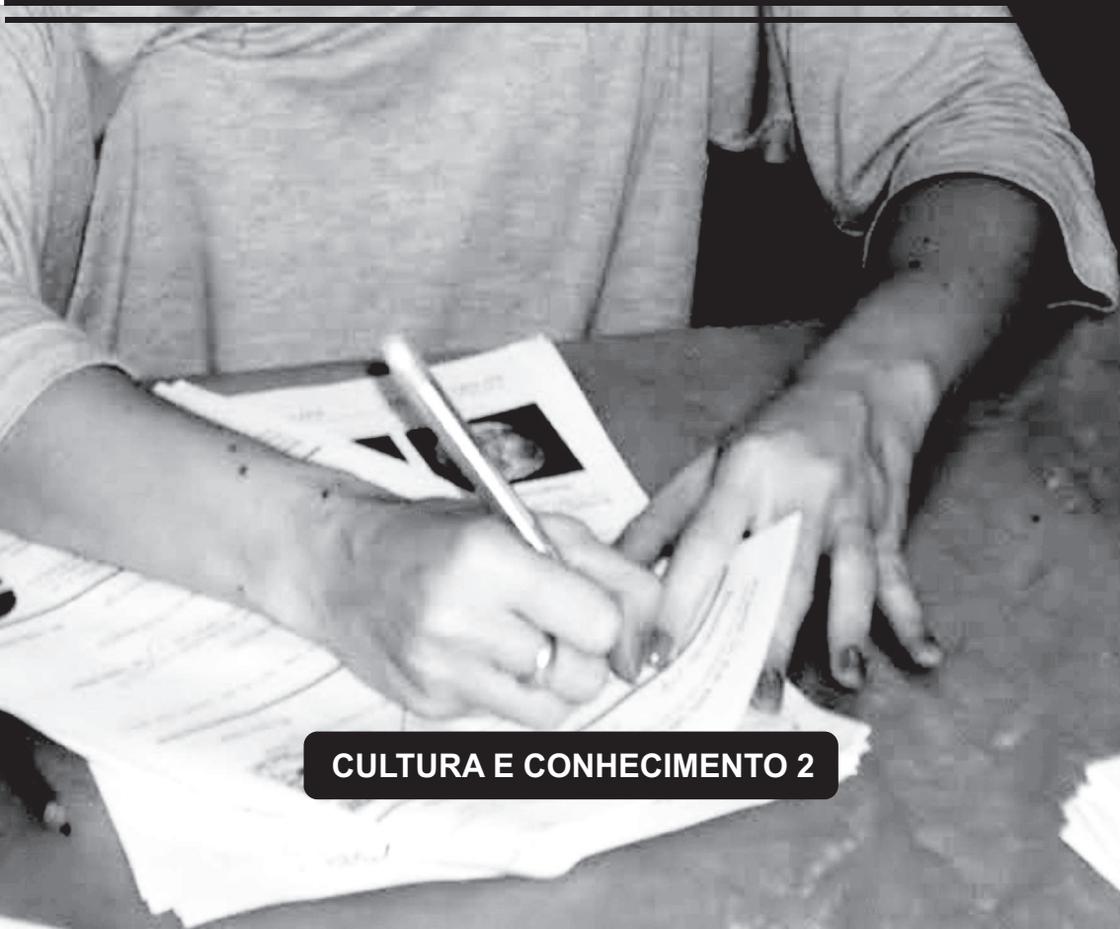


Rubia Aparecida Tessaro Santos  
(Organizadora)

# O Olhar de Quem Faz a Avaliação

Vivências, Conhecimentos e Desafios



**CULTURA E CONHECIMENTO 2**



# SUMÁRIO

Apresentação.....	5
O desafio diário de avaliar com coerência .....	7
<i>Amalia Letícia Granetto</i>	
Um olhar sobre a avaliação da aprendizagem do aluno surdo.....	14
<i>Elisangela Teresinha Andolhe</i>	
Os vários sentidos no processo de avaliação.....	18
<i>Eliseu Santana</i>	
Avaliação em processos de aprendizagem.....	25
<i>Francielly Bazanella Justen</i>	
Avaliação - processo amplo e contínuo .....	28
<i>Glades Rosani Stuker Trost</i>	
Avaliação: a espera do melhor resultado .....	32
<i>Iracema Hendges</i>	
Avaliação e oralidade .....	37
<i>Luis Gustavo Graffitti</i>	
Ensinar, aprender e avaliar: discutindo os desafios da avaliação no processo educativo .....	41
<i>Luisa de Aquino Borini Alves</i>	
Resgates de boas práticas avaliativas .....	46
<i>Maria Lurdes Pedrolo</i>	
Avaliação escolar: implicações na aprendizagem.....	55
<i>Raquel Rosa Zanatta Alves</i>	
A presença da subjetividade em tarefas avaliativas.....	59
<i>Roseli Elaine Wagner Scheer</i>	

Um olhar sobre a qualidade da formação dos professores.....	62
<i>Rubia Aparecida Tessaro Santos</i>	
Planejamento e avaliação em matemática .....	69
<i>Salette Fucilini Loeblein</i>	
Prática de avaliação na língua portuguesa .....	72
<i>Vilma Terezinha Levy</i>	

# APRESENTAÇÃO

*“O grande dilema é que não há como ensinar melhores fazeres em avaliação. Esse caminho precisa ser construído por cada um de nós, pelo confronto de ideias, repensando e discutindo em conjunto valores, princípios, metodologias.”*

HOFFMANN, 2002

Cá estamos nós, exercitando a construção do caminho...

Esse caderno de textos é o lugar que escolhemos para a discussão, para o repensar, para o dividir e o aprender sobre um tema corriqueiro e complexo, um tema que permeia todas as atividades no ambiente escolar e que cerca-se de incertezas: a avaliação. Quando se pensa em escola quase que de imediato surgem, em nossa mente, várias situações de avaliação e testagem, reminiscências do tempo em que éramos alunos, várias experiências escolares ligadas a provas, trabalhos e notas. E, por outras tantas vezes, também nos recordamos, enquanto professores, de nossas práticas e tentativas em possibilitar uma verificação da aprendizagem mais justa, melhor e mais adequada às necessidades dos alunos. Porém a cada nova tentativa de avaliação diferenciada nos frustramos e parece que a “menos pior” é a prova – seja escrita ou oral, seja objetiva ou subjetiva, sendo assim a prova se mantém dentro das salas de aula, imperando há séculos como um meio de verificação e medida da aprendizagem com certa eficiência.

Como pode ser tão difícil avaliar?

Essa pergunta foi o ponto de partida para o grupo docente voltar-se à busca por respostas. Essa busca os lançou à leitura e à escrita, cada um a seu modo tentou responder mais para si mesmo do que para o mundo as dúvidas geradas pelo processo de avaliação. Avaliar um aluno requer tempo, conhecimento e não envolve apenas as horas em que ele está sentado na sala de aula, envolve sua história de vida e o contexto sócio-cultural em que ele e a escola estão inseridos. Mas nem sempre a sala de aula e os compromissos que ela impõe à docência permitem que observemos cada aluno individualmente e, por isso, muitas vezes, suas histórias podem se perder de nosso alcance e venham a se refletir, nessa caminhada, de forma pouco positiva, com baixo aproveitamento, evasão ou reprovação.

Há quem diga que os professores não se importam com os alunos; há outros que dizem que a escola, agora, está muito fraca, que não cobra como antigamente; há ainda aqueles que dizem que os alunos não querem nada com nada e que estudar não faz sentido. Nós afirmamos, através dos estudos que fizemos, dos textos que produzimos, das discussões e ideias que criamos para resultar nesse caderno, que estão todos errados.

Os professores almejam o sucesso escolar dos alunos, de todos os alunos e, dentro das suas possibilidades, trabalham e estudam para isso, sabemos que a falta de investimentos e o sentimento de desvalorização abalam (mas não derrubam) os professores, sabemos que os métodos utilizados estão desatualizados e que é difícil acompanhar a modernização da tecnologia. Os celulares dos nossos alunos são melhores do que nossos laboratórios de informática que ainda têm computadores do século passado e já não acessam a internet com eficiência. Mas o sucesso do aluno é nossa prioridade.

A escola está buscando universalizar o atendimento, garantindo acesso, primeiramente o acesso, de todos à educação. A escola se preocupa, hoje como nunca antes, com a reprovação e a evasão, promovendo estudo e formação. E os jovens que temos querem muito da vida, esperam muito e têm um potencial de aprendizagem que nem se compara, são ativos, questionadores, “antenados” e alegres.

Mas, então o que está acontecendo? Por que a reprovação? Por que a evasão? Por que a dificuldade em avaliar? Não há pretensão de extinguir a discussão acerca da avaliação tampouco nos impele a escrita à obtenção de respostas absolutas, pois o objetivo dessa coletânea de textos é singelo, ler e escrever para entender melhor e, em entendendo, saber perceber outros caminhos ou tentar trilhar outros caminhos por esse emaranhado de teoria e humanidade que é a avaliação.

Estamos dividindo nossas angústias, nossos medos, nosso conhecimento, nosso estudo e nossas experiências através dos nossos textos e que cada leitor tire o melhor proveito que puder daquilo que encontrar nas próximas páginas.

Prof. Rubia Aparecida Tessaro Santos

Coord.Ped. Ensino Médio

Organizadora

# O DESAFIO DIÁRIO DE AVALIAR COM COERÊNCIA

*Amália Letícia Granetto*

Graduada em Licenciatura Plena em Química

Durante o processo educativo, os professores vivem uma angústia na hora de registrar a nota do aluno no seu diário escolar, muitas vezes, é só nesse momento que nos damos conta do número de notas baixas, e desencadeamos um processo mental de dúvidas, questionamentos, revisão e análise. Porém, na maioria das vezes, depois desse turbilhão de emoções, não reagimos ou mudamos para o próximo “momento avaliativo”. Não vou elencar aqui os diversos motivos para muitos de nós, nos acomodarmos e não reagirmos perante isso.

Porém, entre críticas, sugestões, alterações e mudanças variadas de pais, alunos, professores, comunidade escolar, já é de consenso de todos que avaliar faz parte do sistema educacional e é necessário. E talvez a avaliação com a auto avaliação, as duas juntas sejam a luz para uma avaliação mais real, produtiva e justa para educadores e educandos.

Compartilho dessa opinião, e acredito que para ocorrer essa mudança a avaliação dita formal deve estar diretamente relacionada a auto avaliação, que proporciona ao aluno analisar suas atitudes, valores, habilidades e competências, tornando-o sujeito do processo ensino e aprendizagem, conquistando sua autonomia de forma responsável e de confiança, em si mesmo. A avaliação é fundamental para o aluno, quando ele participa do processo avaliativo, interpretando seu desempenho com relação ao desenvolvimento intelectual, procurando superar suas dificuldades e limites, de forma interativa e integrada com o contexto educacional.

Nesse sentido, faz-se necessária uma ação transformadora e dialógica, em que o aluno seja parte integrante do processo e não apenas objeto da avaliação quantitativa, com vista a compreender, atuar e transformar seus conhecimentos, de maneira a atender suas necessidades psicossociais e as exigências do mercado de trabalho.

Segundo Bibiano, os principais equívocos cometidos no processo de auto avaliação do processo de ensino, seriam: deixar o aluno dar a sua própria nota (mesmo com justificativa, isso não acrescenta nada à aprendizagem, isso é tarefa do professor); fazer perguntas genéricas (o que você aprendeu no trimestre?) deixa margem para o aluno responder vagamente. As questões devem ser específicas, fica mais fácil para o aluno compreender no que precisa avançar); dizer os resultados sem comentar (não adianta fazer a auto avaliação e não dar um retorno para os estudantes, é um momento de promover a autorregulação, debatendo as reflexões dos estudantes); deixar tudo para o fim do bimestre (organizar um único momento para o aluno parar e analisar toda sua trajetória, faz com que a avaliação se torne artificial), o melhor seria identificar pontos que devem ser melhorados e aborda-los no decorrer do processo de aprendizagem).

Para Borth (2011) a missão da avaliação além de indicar o desempenho do ensino e aprendizagem, ela pode provocar, instigar, desassossegurar e desacomodar. O autor reforça que detectar e decidir são funções da avaliação, que toda a ação de avaliar segue outra ação de tomada de decisão para que a situação mude ou permaneça.

## Expectativas na aprendizagem

Os critérios de avaliação indicam as expectativas que se quer alcançar com a aprendizagem dos alunos, considerando as competências e habilidades propostas para cada área de conhecimento, de modo a refletir sobre os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, de forma que os critérios refiram-se ao que é essencial, fundamental e indispensável para que o aluno possa continuar aprendendo, lembrando que o período de escola é um período de desenvolvimento intelectual do aluno em que ele precisa se preparar para entender linguagem em contexto, os mais diversos (MORETO, 2002).

Com a prática efetiva da avaliação, o professor deve promover a integração e a conscientização dos alunos para aprendizagens essenciais e a auto formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

Segundo Moreto (2000), para se ter sucesso no ensino é preciso que o professor estabeleça claramente os objetivos ao preparar suas aulas, analisando os conteúdos propostos e verificando se são relevantes para o contexto de seus alunos, considerando as características psicossociais, graus intelectuais, capacidade de estabelecer relação do conteúdo ensinado com o dia-a-dia. A ação do professor deve estar deliberadamente voltada para a promoção da aprendizagem dos alunos, garantindo a todos um bom desempenho em todas as atividades. Para tanto, é necessário que o professor reveja o currículo, o seu plano de curso, o planejamento, as estratégias, os métodos e os materiais didáticos até que consiga os resultados esperados.

É importante, necessário, essencial que o professor defina caminhos, tenha uma organização clara e siga alguns passos, como:

- \*Planejar as suas aulas cotidianamente;
- \*Reelaborar e atualizar seus conhecimentos;
- \*Estabelecer com clareza o que será avaliado;
- \*Selecionar e comunicar aos alunos as técnicas e instrumentos de avaliação que serão utilizados;
- \*Dar ao aluno o direito de questionar, duvidar e errar;
- \*Considerar o erro como um dos indicadores do nível de aprendizagem;
- \*Valorizar os acertos dos alunos, incentivando e elevando sua auto-estima;
- \*Registrar os resultados da avaliação para acompanhamento e progressão do aluno;
- \*Iniciar cada atividade, levantando os conhecimentos prévios dos alunos sobre o assunto que será tratado;
- \*Estimular e incentivar os alunos a superar os desafios;
- \*Diagnosticar os avanços e dificuldades dos alunos, propondo atividades de recuperação paralela;
- \*Valorizar e respeitar o ritmo de aprendizagem dos alunos;
- \*Promover a auto-avaliação do aluno, estabelecendo critérios que possibilitem a confiança mútua.

No decorrer do ano letivo temos outros recursos que nos permitem acrescentar em nosso processo avaliativo, entre eles ressalto o conselho de classe e a conhecida recuperação.

O Conselho de Classe é uma ação coletiva liderada pela equipe gestora da Unidade Escolar na busca de alternativas para a resolução dos problemas pedagógicos, administrativos e comunitários da escola, como forma preventiva à reprovação, ao abandono e à evasão escolar, devendo o mesmo ocorrer em conformidade com os dispositivos regimentais e educacionais, o qual deve subsidiar a criação de metas, estratégias de ensino e a retomada de aspectos para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

A recuperação tem caráter obrigatório e a Lei Federal 9394/96, recomenda que esta ocorra paralela ao período letivo. Esse procedimento é flexível em cada unidade Escolar, devendo estar contemplado no Projeto Político Pedagógico, para que haja adaptações e estratégias de acordo com a demanda. O artigo 24 deixa claro na alínea “e” quando afirma que há obrigatoriedade do estudo de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pela instituição de ensino em seus regimentos.

Dessa forma, a recuperação é outra oportunidade intencional e deliberada de aprendizagem oferecida aos alunos que não obtiveram bom desempenho em um determinado período escolar. É onde o professor busca sanar as dificuldades da aprendizagem que o aluno apresenta por condições psicossociais, econômicas e culturais, utilizando-se de novas metodologias de ensino.

O momento mais importante para a recuperação acontece durante o período da aula, haja vista ser nesse momento que se percebem as dificuldades apresentadas pelos alunos, pois a avaliação contínua revela a sua importância na prática educativa. A revisão diária dos conteúdos, explicações complementares, atividades lúdicas, atividades de casa, correção de atividades, são procedimentos que atuam preventivamente e, se aplicados desde o início contribuirão para o desenvolvimento do aluno.

## O processo de avaliação na Lei e na escola

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 9º, Inciso VI, diz que a União se incumbirá de assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar do Ensino Fundamental, Mé-

dio e Superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de propriedades e a melhoria da qualidade do ensino. Já, no artigo 24, inciso V, alínea a, ressalta que a avaliação deve ser contínua e cumulativa em relação ao desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Apesar de a lei ser clara, ainda ocorrem vários equívocos no processo avaliativo, e com certeza é um dos pontos que gera muitas discussões e estudos dos professores envolvidos. A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente no dia a dia dos professores e deve acompanhar passo a passo o processo de ensino aprendizagem. É a avaliação que vai ajudar na coleta de resultados, com a finalidade de constatar progressos, dificuldades, lacunas e reorientar o trabalho para correções necessárias. A avaliação deve estar direcionada para a reflexão e não punição. A escola é lugar de aprender, e aprender também inclui errar.

Para Gadotti (1990) “a avaliação é essencial à educação, inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação”. Já é de consenso que a avaliação da aprendizagem só pode acontecer se for relacionada com as oportunidades oferecidas aos educandos, analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que podem enfrentar. É necessário utilizar instrumentos diversificados, de forma que constate diferentes habilidades dos alunos. Assim, a meu ver, o professor terá elementos para identificar os diferentes níveis de entendimento de seus alunos, acerca de determinado conteúdo e planejar ações que permitam aos alunos avançar nesses níveis.

A avaliação orienta o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, e deve favorecer reflexão contínua de sua prática pedagógica, contribuindo com a construção de um planejamento que atenda as reais necessidades dos alunos. O professor assume a função de investigar quais as dificuldades enfrentadas pelos alunos, o porquê dessas dificuldades e os meios para superá-las, pois quando se utiliza a informação adquirida para criar novas situações de intervenção é que a avaliação pode ser considerada um instrumento de aprendizagem. Para o aluno é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas e dificuldades. Para a escola, torna possível definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio. A avaliação deve envolver

momentos de diagnóstico e de acompanhamento do processo educativo, o que permite conhecer a realidade para a qual se formula um projeto pedagógico e realizar os ajustes necessários ao seu sucesso.

Na avaliação global, que norteia e orienta o ensino e a aprendizagem são as diretrizes gerais e os quatro eixos estruturais da educação são:

- a) Aprender a Conhecer: diagnosticar as dificuldades encontradas no processo de aprendizagem nos aspectos cognitivos, culturais, sociais, biológicos e afetivos, a fim de acompanhar o desenvolvimento do educando; despertando a capacidade de avaliar a si mesmo;
- b) Aprender a Fazer: interferir no processo educativo de forma a redirecionar todo o trabalho e a prática pedagógica para que seja garantida a aprendizagem fundamental;
- c) Aprender a Viver Juntos: ampliar as possibilidades de aprendizagem desenvolvendo o conhecimento do outro, a percepção das interdependências, procurando-se identificar as conquistas e dificuldades dos alunos, professores e toda a gestão pedagógica e administrativa;
- d) Aprender a Ser: promover uma educação comprometida com o desenvolvimento total da pessoa, proporcionando a formação do educando como cidadão autônomo, crítico e participativo no contexto social, político e profissional, para a obtenção de novos conhecimentos.

Esses eixos só reforçam que o ensino, a aprendizagem e a avaliação são partes integrantes, não podendo ser considerados como processos independentes e distintos. Essa integração deve ter como resultado uma educação em que se atenda a necessidade de mudanças, transformações e inovações nos diversos segmentos da formação humana, não bastando aos alunos apenas o entendimento dos conceitos, mas se torna necessária uma compreensão do processo para assim, apropriarem-se dos conteúdos do saber fazer, dos procedimentos a serem utilizados na prática e em suas atitudes como ser humano e como cidadãos.

Para uma avaliação precisa e segura, são necessários instrumentos, critérios de avaliação e registros que enfoquem as várias dimensões do processo educativo e, principalmente, que se saiba interpretá-los para que se tornem eficazes, pois alguns objetivos planejados que não foram alcançados durante o processo de ensino e aprendizagem, necessitarão de ajustes mediante as dificuldades apresentadas pelos alunos.

Diante de todos esses apontamentos e constatações, não consigo visualizar uma receita pronta, que indique o modo de fazer, para avaliar os nossos educandos com todas as suas particularidades e diferenças, porém nós educadores devemos compartilhar uma inquietude de mudança.

“Se buscamos uma escola que não seja uma preparação para a vida, mas que seja ela mesma uma rica experiência de vida, se buscamos uma escola que não seja reprodutora dos modelos sociais discriminatórios, mas promotora do desenvolvimento integral de todos os alunos, temos de repensar a avaliação” (Vasconcelos, 2000).

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BIBIANO, Bianca. Autoavaliação: como ajudar seus alunos nesse processo. *Nova Escola*, edição 230, março 2010.

BOTH, Ivo José. *Avaliação: “voz da consciência” da aprendizagem*. Curitiba: Ibpex, 2011.

BRASIL, Conselho Nacional/Câmara de Educação. *Proposta de Regulamentação da Lei 9.394/96: Parecer 5/97*. Brasília: MEC/CNE, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997

GADOTTI, Moacir. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 2 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MORETTO, Vasco Pedro. *Prova: Um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas*. 2º edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2000.

VASCONCELOS, Celso dos S. *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*. São Paulo: Libertad, 1994.

# UM OLHAR SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO

*Elisangela Teresinha Andolhe*

Graduada em Ciências Plenas – Biologia  
Especialista em Interdisciplinaridade  
Especialista em AEE  
Especialista em Tradução/Intérpretação da Libras  
Especialista em Docência da Libras  
Capacitada em Alfabetização para Deficientes  
auditivos

Objeto de constantes pesquisas, estudos e discussões, muito já se têm comentado a respeito do modelo de avaliação vigente em grande parte das escolas: autoritária, usada como instrumento disciplinador de condutas sociais, classificatória e excludente, praticada através de testes mal elaborados, com leitura inadequada de resultados, pelos quais, muitas vezes, o aluno é avaliado unicamente para ser promovido de série em série ou ano a ano, em detrimento da efetivação de seu processo de aprendizagem. Já em relação ao aluno com deficiência auditiva/surdez a avaliação escolar tem se mostrando muito complexa, pois a grande maioria dos professores não tem o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras, bem como sua estrutura gramatical, pois o surdo tem o direito a ser avaliado dentro da estrutura da sua língua materna que é a L1 e ter a L2 Língua Portuguesa, como segunda língua.

Numa concepção pedagógica progressiva, preocupada com a transformação social, a avaliação deve ser vista como a ferramenta que auxilia na aprendizagem do aluno, possibilitando-lhe apropriar-se de conhecimentos e de habilidades necessárias ao seu crescimento. Busca-se uma avaliação que seja, para o professor, um instrumento não só para constatar o que o aluno já sabe, mas que lhe permita rever, criticamente seu trabalho, e reorientar sua atuação. Não é difícil ouvir no discurso de alguns professores ouvintes de alunos surdos que estes não conseguem escrever adequadamente o Português, e quase sempre a limitação auditiva é acusada com a causa de inabilidade de adquirir a escrita e assim

tais discursos transportam, de forma subjacente, de que o problema está naquele aprendiz, mas nunca no processo de ensino. É essencial, portanto uma refletir de como está sendo esse processo, como esse aluno está recebendo as informações, tem intérprete em sala de aula? O aluno é alfabetizado em Libras? Os professores tem formação e informações suficientes para realizarem a avaliação com coerência desse aluno ? O que deve ser lembrado é que a avaliação não deverá ser um momento único, mas se inserir nas diferentes situações que envolvem o processo de aprendizagem do aluno.

Procurar investigar como o aluno aprende, de que forma se realiza o ato de conhecer ou adquirir conhecimento é um desafio para o professor, pois sua função será de criar situações diversas que promovam a aprendizagem significativa e, por conseqüência, o desenvolvimento cognitivo do aluno. Isto não é uma tarefa fácil, pois todo o desenvolvimento estará apoiado em seu desenvolvimento lingüístico; linguagem e pensamento são processos ligados, desde a sua origem, e seguem interrelacionados ao longo da vida. Se as atividades propostas não forem mediadas por um sistema simbólico, acessível aos surdos, todo o processo de aprendizagem estará comprometido. Alguns surdos desenvolvem a língua escrita com êxito, conseguindo se fazer entender muito bem. O que acontece é que esse número é tão insignificante que não podemos generalizá-lo e, na imensa maioria das vezes, ao investigarmos os motivos de seu sucesso nos deparamos com o respaldo e apoio da família bem estruturada, oferecendo ao aluno, desde sempre, experiências significativas com a linguagem e desenvolvendo uma pedagogia própria, paralela a da escola.

Na avaliação da aprendizagem do aluno surdo, não se pode permitir que o desempenho lingüístico interfira no desempenho do aluno, visto que esse aluno, em razão de sua perda auditiva, já tem defasagem lingüística no que se refere à língua portuguesa (falada ou escrita) sendo que, muitas vezes, a imperfeição no desempenho do aluno surdo fica evidenciada em todos os níveis da língua portuguesa: fonológica, semântica, morfossintática e pragmática.

No momento de se atribuírem conceitos ou se estabelecer grau de valor para os materiais lingüísticos produzidos pelo aluno surdo, o professor deverá estar ciente que a dificuldade do surdo em redigir em português está relacionada à dificuldade de compreensão dos textos lidos (conteúdo semântico) e que essas dificuldades impedem a organização ao nível conceitual. O aluno pode ter confundido o significado das palavras.

Muitas vezes, só compreende o significado das palavras de uso diário, o que interfere no resultado final do trabalho com qualquer texto, mesmo os mais simples.

As dificuldades que a leitura acarreta ao surdo impedem a expansão do vocabulário, com isso provocando a falta de hábito de ler. O reflexo desse círculo vicioso é pobreza de vocabulário e a falta de domínio das estruturas (forma) mais simples da língua portuguesa. No nível estrutural observa-se que, mais constantemente, os alunos surdos não conhecem os processos de formação das palavras, omitem verbos, não utilizam preposições e conjunções ou o fazem inadequadamente. Além disso tudo, utilizam, frequentemente, estruturas da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para expressar por escrito suas idéias.

Ao realizar a avaliação para o aluno surdo devemos levar em consideração que este aluno terá direito a acessar o dicionário e solicitar explicações ao intérprete da Língua de Sinais.

Assim, ao avaliar o conhecimento do aluno surdo, o professor não deve supervalorizar os erros da estrutura formal da língua portuguesa. Não se trata de aceitar os erros, permitindo que o aluno neles permaneça, mas sim de anotá-los, para que sejam objetos de análise e de estudo, junto ao educando, afim de que se possa superá-los. Além disso, seria injusto duvidar de que a aprendizagem efetivamente tenha ocorrido, tendo-se por base unicamente o desempenho lingüístico do aluno surdo, ponto em que se situam suas principais necessidades especiais.

A avaliação do aluno surdo é ponto merecedor de profunda reflexão. Todos os profissionais envolvidos nesse processo deverão estar conscientes de que o mais importante é que os alunos consigam aplicar os conhecimentos adquiridos em seu dia a dia, de forma que esses conhecimentos possibilitem uma existência de qualidade e o pleno exercício da cidadania.

## Referências Bibliográficas

FONSECA, V. da. *Educação Especial: programa de estimulação precoce*. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

DAMAZIO, Mirlene Ferreira Macedo. *Atendimento Educacional Especializado: pessoas com surdez*. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

HONORA, Márcia;FRIZANCO, Mary Lopes. *Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. São Paulo: ciranda Cultural, 2009.

MONTE, Francisca; SANTOS, Ide Borges dos. *Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização Surdez/ coordenação geral*. Brasília : MEC.SEESP, 2004.

\_\_\_\_\_. *Formação de professores e a escola inclusiva: questões atuais*. Revista Integração, Brasília: v. 14, n. 24, 2002.

# OS VÁRIOS SENTIDOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

*Eliseu Santana*

Graduação em Filosofia  
Especialização em História da Educação Brasileira

## 1. O que avaliar?

O presente artigo tem por finalidade discutir o processo de avaliação educacional, como uma das formas de acompanhamento das atividades do aluno com o objetivo de promover a sua progressão. A maior dificuldade é suprir deficiências apresentadas nos cursos de formação de professores, e qual é a importância da avaliação para fins de orientação, planejamento e replanejamento do ensino, ressaltando, por outro lado, a integração da avaliação no ensino e sua importância na apreciação das diversas aprendizagens e do autodesenvolvimento dos alunos. Ressaltar a avaliação em processo e, fazer novas considerações sobre a relação ensino/avaliação. E se volta para o acompanhamento que o professor faz dos alunos em sua sala de aula ao longo do desenvolvimento de seu trabalho, com vistas a progressão dos alunos.

A avaliação tem por finalidade acompanhar os processos de aprendizagem escolar, compreender como eles estão se concretizando, e assim, oferecer informações relevantes para o próprio desenvolvimento do ensino na sala de aula em seu dia a dia, para o planejamento e replanejamento contínuo da atividade de professores e alunos, como para a aferição de graus. De modo que, é o professor que trabalha com os alunos e é quem os avalia. Isto implica que pensemos a avaliação em sala de aula como uma atividade contínua e integrada às atividades de ensino, algo que é decorrente destas atividades, inerente a elas e ao seu serviço. A avaliação em sala de aula deve ser bem fundamentada quanto a uma filosofia de ensino. A partir dessa premissa, o professor pode acumular dados sobre alguns tipos de atividades, provas, questões ou itens ao longo do seu trabalho, criando um acervo de referência para suas atividades de

avaliação dentro de seu processo de ensino. É importante que o professor possa criar, e verificar as atividades diversas que ensejem avaliação de processos de aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de atitudes, de formas de estudo e trabalho, individual ou coletivamente, para utilizar no decorrer de suas aulas.

Na literatura sobre a questão encontramos aspectos sugestivos que ajudam na reflexão sobre a condução de processos avaliativos em sala de aula. Há sempre um certo grau de subjetividade que atua no processo e isto nem sempre é objeto de reflexão por parte do professor. Haverá uma consideração individualizada por mais que tente ser, ou queira ser objetivo, fica evidente que uma grande variedade de formas de avaliação é usada, em que pese à aparente uniformidade nas atribuições de notas. Mas as aproximações a que procedem, as considerações que usam para alterar padrões fixos, etc. precisariam merecer uma análise constante por parte dos educadores. Não se trata de eliminar esse grau de julgamento, mas torná-lo mais explícito e analisável constantemente.

## 2. Várias opiniões sobre avaliações

A diversidade de opiniões sobre as avaliações que se processam em sala de aula, tanto entre os professores, como entre os alunos, e ainda entre alunos e professores, fica patente. O único ponto comum é a visão de que a avaliação dos alunos é uma parte esperada e essencial do processo de educação. Como esta avaliação deve ser realizada é uma questão aberta para debate. Em alguns dos estudos analisados observa-se que a participação pessoal do professor, com seus juízos de valor, ao avaliar o aluno, são intrínsecos a esse processo, mesmo quando é treinado no uso de procedimentos mais sistematizados. Isto traz ao primeiro plano de considerações a responsabilidade de cada professor como avaliador perante seus próprios alunos e a necessidade de que reflita sobre suas concepções quanto ao papel da avaliação em seu trabalho com os alunos. Traz, também, à tona a necessidade de que cada professor procure aprimorar seus meios de avaliação, tentando familiarizar-se com o uso de meios variados de tal modo que possa criar e ajustar procedimentos avaliativos que sejam os mais adequados aos seus objetivos de ensino, à linguagem dos conteúdos tratados e à linguagem de seus alunos, e que possam contribuir não só para situar o grupo de alunos e cada aluno face à sua aprendizagem, mas também para estimular esta aprendizagem.

Que a avaliação não seja apenas finalista, mas, sim, incluída no processo de ensino e aprendizagem como meio para o desenvolvimento, tanto dos alunos em suas aprendizagens, quanto dos professores, como profissionais, em face das suas formas de ensinar. Assim, torna-se muito importante a atitude do professor diante do processo de avaliação. Como ele a concebe? Como a situa em seu trabalho de ensino? Como a realiza? Como a utiliza? conforme afirma DARSIE(1996):

“Acreditamos que aprimorar as formas de acompanhar e avaliar as aprendizagens dos alunos de modo mais construtivo, bem como melhorar as situações em se fazem as provas, de forma que estas possam ser realizadas em condições que favoreçam ao educando exprimir o que realmente sabe” (DARSIE, 1996, p.47-59)

### 3. Qual o verdadeiro sentido das avaliações “provas”?

Inicialmente devemos lembrar que, embora comentando aspectos relativos às provas que se utilizam em sala de aula, quer do ponto de vista de sua elaboração, quer das condições de sua aplicação, estas não devem ser os únicos instrumentos de avaliação que os professores venham a utilizar. Muitos professores orgulham-se da dificuldade de suas provas e não sentem que deram uma boa prova se muitos alunos tiraram nota alta. No outro extremo, temos os professores que tornam suas provas tão simples que não chegam a suscitar no aluno nenhum comportamento de empenho pessoal para realizá-las. No primeiro caso, desenvolve-se nos alunos um grau de ansiedade, de frustração ou de sentimento de injustiça que interfere negativamente em seu processo de aprendizagem. No segundo, criam-se condições de indolência e nenhum empenho para aprender, muitas vezes associadas a sentimentos relativos ao desinteresse do professor pelos alunos e pelo seu trabalho.

Para que estas se tornem situações de aprendizagem, os professores devem dispender algum tempo na identificação de quais aspectos de ensino de sua disciplina foram realmente trabalhados em classe no período a ser avaliado, quais dentre estes serão incluídos na prova e por quê. Os alunos, tomando essa síntese e revisão como orientação para seus estudos, poderão então engajar-se em uma experiência de aprendizagem desafiadora e com significado. Um número maior de provas permite uma diminuição da pressão sobre os alunos quanto ao seu desempenho, dado que este é

avaliado em um maior número de situações; também oferecem informações mais numerosas e próximas, no tempo, sobre o desenvolvimento do aluno nas matérias, facilitando seu acompanhamento e sua programação pessoal de estudos, bem como de todo o grupo-classe. O professor pode mostrar aos alunos como as provas podem ser usadas não só para identificar o que foi aprendido e de que modo ocorreu a aprendizagem, como também para detectar aquelas áreas em que algum ensino adicional será necessário para melhor compreensão da matéria.

É importante oferecer aos alunos, o mais cedo possível, os resultados de suas provas, com comentários, oportunizando uma discussão detalhada sobre por que a questão correta está correta, quais os principais problemas de compreensão sobre a matéria foram encontrados entre os alunos, qual o raciocínio necessário a cada questão. As discussões coletivas sobre as questões da prova, sem personalizar resultados, também são um meio de alavancar aprendizagens em relação a pontos valiosos para o acervo de conhecimento dos alunos. A cola não é nova. Mas parece que a melhor maneira de diminuir as pressões que levam à cola é a preparação adequada do aluno para enfrentar a situação de prova, além das atitudes do próprio professor em relação ao papel desse instrumento dentro de sua filosofia de ensino, como já destacamos.

É preciso, ainda, considerar que a preparação de uma prova, seja de que tipo for, deve ser feita tendo em conta alguns cuidados básicos para que se possa garantir que ela vai ser um instrumento que reflita o melhor possível o que o aluno sabe. Por exemplo, deve estar referida ao que realmente foi trabalhado em sala de aula e deve cobrir o material que o professor trabalhou com os alunos e as formas pelas quais trabalhou. Ou seja, a prova deve cobrir a maior parte possível do conteúdo do ensino desenvolvido e ser equilibrada com relação à ênfase que o professor atribuiu às várias partes do conteúdo e às formas pelas quais abordou esse conteúdo com os alunos. A prova precisa ser construída de tal forma que as várias possibilidades de aprendizagens possam ser acionadas revelando as diferentes maneiras pelas quais conteúdos podem ser aprendidos.

Uma prova de classe será tanto melhor quanto for o mais possível válida e coerente dentro das condições do cotidiano da escola. Uma prova válida cobre não só o conteúdo de uma sequência de aprendizagens, como também os variados tipos de aprendizagens que estão implícitas nas atividades de ensino tal como desenvolvidas em sala. Assim, considera que o professor precisa ter uma série de meios de avaliação, não muito

longos e que possam ser usados de modo mais continuado no correr das aulas, criados e aplicados pelos próprios professores, e cuja finalidade seria fornecer ao professor uma informação frequente e contínua sobre o progresso acadêmico de seus alunos. Afinal, este é o papel essencial do professor, uma vez que a função de ser apenas um apresentador de informações um bom livro pode cumprir talvez melhor este papel. Essas avaliações continuadas têm o objetivo de ajudar a direcionar e redirecionar o trabalho do professor em seu dia a dia, podendo, pela atuação deste, contribuir também para que os alunos compreendam e superem suas dificuldades ou ampliem seus conhecimentos.

#### 4. As avaliações como processo contínuo

De modo que, podemos descrever de muitas maneiras diferentes de processar avaliações rápidas em classe, no correr das aulas, as quais os professores podem adaptar às suas necessidades individuais e, a partir delas, criar outras. Para os autores, foram elaboradas para servir a uma grande variedade de tamanhos de classe, contextos, disciplinas e objetivos, e são breves, com a intenção de serem aplicadas no período de aula, integradamente às atividades de ensino, e têm o objetivo de avaliar o que os alunos *apreenderam* de partes específicas da aula ou avaliar o desenvolvimento de uma determinada habilidade que está sendo trabalhada com o grupo classe.

Havendo um eixo norteador de consenso conhecido, partilhado, assumido e renovado, com compromisso, por todos os envolvidos na formação das crianças e jovens, as articulações das aprendizagens serão amplamente favorecidas e a avaliação tomará sentido a partir desse eixo. Não há como separar avaliação de ensino, não há como pensar avaliação de alunos sem que se tenha claro o papel da educação na vida das pessoas. A estrutura e a dinâmica das escolas, com vistas à formação de pessoas, de cidadãos, deveriam mostrar-se como uma orquestra, a fim de apresentar no final do concerto, pelo menos até certo ponto, uma obra harmônica e com sentido. Cada instrumento com seu papel, cada disciplina com seus objetivos integrados e harmonizados no conjunto, em função de metas mais amplas a atingir. Em um contexto assim colocado, a avaliação dos alunos é atividade que adquire um sentido específico, orientada pelo papel da escola. Ao professor devem ficar claros os aspectos mais importantes a avaliar, não na direção apenas do tópico específico de que trata, mas de

seu significado na formação da criança ou jovem, formação esta mais amplamente compreendida. Como dizem Amorim e Souza (1994):

*“a avaliação não é algo que se dê de modo dissociado do objeto ao qual se dirige e não se concretiza independentemente dos valores dos sujeitos em interação. Assim, os princípios norteadores de uma proposta avaliativa e de seu próprio processo de construção representam uma explicitação do posicionamento de sujeitos frente a um determinado segmento da realidade, sujeitos esses que ocupam diferentes lugares sociais, o que leva ao afloramento de divergentes e conflitantes ênfases na avaliação.”* (AMORIN e SOUZA, 1994, p.125)

Ao avaliar seus alunos os professores estão avaliando a si mesmos, embora a maioria não tenha consciência disto ou admita isto. Ensino e aprendizagem são indissociáveis e a avaliação é intrínseca a esse processo.

A avaliação daqueles a quem se propôs ensinar algo também traz informações sobre como se procurou ensinar esse “algo”. Alguém atuou neste “como”: o professor. Então, o melhor indicador da realização de uma atividade de ensino é o nível em que nela, pela ação docente, se promove o crescimento geral dos alunos: cognitivo, afetivo, motor, atitudinal, comunicacional, valorativo, etc.

O exercício da docência com propósitos claros e consensuais alimenta um processo de avaliação mais consistente e mais integrado na direção de uma perspectiva formativa, voltada para o desenvolvimento dos alunos e não para cumprir uma formalidade burocrática – passa/não passa – ou mesmo para satisfazer o exercício de autoritarismos ou autoafirmações pessoais.

Nesta perspectiva, a avaliação do aluno é continuada, variada, com instrumentos e elementos diversificados, criativos e utilizada no próprio processo de ensino, aprendizagens cognitivo-sociais valiosas para os participantes desse processo.

## Referências bibliográficas

ALVES, I. M. de A. *A avaliação da aprendizagem em duas escolas públicas de Salvador: Tendências e perspectivas*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Bahia, 1997.

AMORIM, A.; SOUZA, S. M. Z. L. Avaliação institucional da universidade brasileira, *Estudos em Avaliação Educacional*, FCC, São Paulo, n.10, 1994.

BERTAGNA, R. H. *Avaliação da aprendizagem escolar: a visão de alunos de quarta e quinta séries do primeiro grau*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 1997.

CAMARGO, A. L. C. *O discurso sobre a avaliação escolar do ponto de vista do aluno*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 1996.

DALBEN, A. I. L. F. *Avaliação escolar: um processo de reflexão da prática docente e da formação do professor no trabalho*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

DARSIE, M. M. P. Avaliação e aprendizagem. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 99, p.47-59, nov. 1996. *Estudos em Avaliação Educacional*, n. 27, jan-jun/2003.

LOURENÇO FILHO et al. *Três ensaios sobre avaliação educacional*. CETPP- FGV,1968. *Estudos em Avaliação Educacional*, 114 n. 27, jan-jun/2003

ZAMBELLI, P. C. Avaliação: um permanente desafio. *Tecnologia Educacional*, 25, 136-137, Rio de Janeiro, 1997, p.57-60.

# AVALIAÇÃO EM PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

*Francielly Bazanella Justen*

Formada em Ciências Plena Biologia – UNIJUÍ  
Pós-graduada em Alfabetização – UNICID

A avaliação é um tema que deve ser estudado porque é através dela que conseguimos modificarmos como seres e assim assimilar e entender o mundo em que vivemos, levando em conta todas as esferas em que o indivíduo participa, família, escola e sociedade. É assim numa sociedade pensante que muitas vezes nos deparamos com os mais diferentes alunos que aprendem ou não os contextos propostos. Afinal, porque alguns alunos não aprendem? O que o professor deve fazer para ajudar estes alunos? Estas são questões bastante complexas que intrigam e inquietam grande parte dos docentes, fazendo com que cada indivíduo precise de uma avaliação diferenciada para assim o docente conseguir traçar metas de ensino. As dificuldades de aprendizagem, que como o próprio nome já diz, referem-se às dificuldades apresentadas por alguns alunos de assimilar conhecimentos acarretando deste modo, déficits de aprendizagem, ou seja, falta de leitura – ato de percorrer os olhos sobre algo que está escrito, decifrando e interpretando as palavras e o sentido do texto, ou aquisição da decodificação e interpretação dos símbolos alfabéticos e dos textos. Escrita – ato de representar através de sinais gráficos (letras) palavras e ideias, ou domínio da função simbólica convencional.

Na maioria dos casos de dificuldade de aprendizagem, observa-se também comportamentos diferenciados tais como: hiperatividade, fraco alcance de atenção, dificuldade para seguir instruções, imaturidade social, dificuldade com a conversação, inflexibilidade, fraco planejamento e habilidades organizacionais, distração, falta de destreza e falta de controle dos impulsos. Esses comportamentos são causados pelas mesmas condições neurológicas que originam as dificuldades de aprendizagem. É assim fazendo uma avaliação detalhada de cada aluno, de cada turma que se busca melhorar a aprendizagem dos alunos, buscando possibilidades que levem os alunos a compreender e a descobrir o “aprender” relacionando e significando os conhecimentos e conceitos prévios.

Devemos levar em conta essas “dificuldades” na hora da avaliação escolar, pois Segundo Paulo Freire (2003, p.112): “O espaço pedagógico é um texto para ser constantemente “lido”, interpretado, “escrito” e “reescrito”.

Devemos ter em mente que nem todos aprendem da mesma maneira, que cada um aprende a seu ritmo e seu nível. Precisamos criar novos contextos que se adaptem as individualidades dos alunos, partindo do que cada um sabe e de suas potencialidades e não de suas dificuldades.

Por isso devemos ver o aluno de uma forma global, buscando entender e respeitar cada indivíduo, avaliando cada um com seus potenciais pois assim vendo suas qualidades e considerando seus conhecimentos que podem e devem ser socializados com os demais e fazer desses conhecimentos uma forma de aproximação na interação e assim, cada um vai se sentir valorizado e terá na educação uma porta de entrada para a sua inserção na sociedade.

O trabalho da escola deve estar coordenado com a atuação da família. Parte do esforço dos professores se perde, se depois o aluno vive em um ambiente dispersivo, sem controle ou com outro tipo de exigências. As três estratégias-chave apontadas para a escola – acompanhamento, reforço e reflexão, devem ser mantidos em casa. Também o compromisso entre os pais e o aluno sobre as atividades de aprendizagem que deve realizar e as recompensas que podem conseguir fazer parte da dinâmica de apoio ao aluno. Tudo isso, que para um psicólogo, um pedagogo ou um professor é compreensível, mesmo que seja difícil de realizar, é bastante complicado para muitos pais, que não conseguem compreender porque seu filho tem dificuldades nos estudos e, além disso, não sabem o que fazer para ajudar e não tem tempo para se dedicarem a isso. Os pais não precisam muito é necessário que eles estimulem os filhos no cumprimento das tarefas escolar, propõem horários de estudo e revisão de conteúdos em sala de aula e o mais importante e que devem incentivar o aluno a estudar e devem falar bem do estudo e da escola. A colaboração dos pais é básica, o que exige que as escolas e os professores prestem especial atenção a este tema dificuldade de aprendizagem, introduzindo das mais diversas formas os temas a serem estudados a fim de contemplar todos os alunos das mais diferentes formas e maneiras.

A interação entre o mestre e o estudante é essencial para a aprendizagem, e o mestre consegue essa sintonia, levando em consideração o conhecimento das crianças, fruto do seu meio. (FREINET, 2002, p.14)

É inegável que o processo ensino-aprendizagem é um processo construído sócio-internacionalmente, entre ensinante–aprendente–meio, afim de que todos os componentes possam desfrutar do processo cognitivo, que é o processo de aprendizagem.

O professor deve conhecer inicialmente quem são esses alunos, para depois criar estratégias diferenciadas para desenvolver com os mesmos. O conteúdo não devera ser alterado, mas deverão ser orientados a procurar outras fontes de informação.

Tal como uma criança numa cadeira de rodas necessita de uma rampa para contornar escadas, também uma criança com Dificuldade de Aprendizagem necessita de meios específicos que a ajudem a contornar os problemas, tantas vezes graves, que encontra no processamento de informação, na memória, na leitura, na escrita no cálculo ou na socialização.(BROWNING, 2009.p. 10)

O aluno deve ser estimulado, para ter condições de ler e escrever, codificar e decodificar símbolos para assim melhorar as próprias condições de sobrevivência. Porque alguém acuado, jamais vai demonstrar as potencialidades que possui. Tornando o ambiente escolar acolhedor, aceitando a criança como ela é, oferecendo meios para que se desenvolva, e assim fazendo que o trabalho proposto dê certo em sala de aula.

A escola deve valorizar os muitos saberes do aluno, e que seja oportunizado a ele demonstrar as potencialidades reais que possui. A escola tem valorizado apenas o conhecimento verbal e matemático, deixando de fora tantos conhecimentos importantes para a sociedade.

É necessário que os professores adotem uma postura ética em relação ao aluno, que assim como eles convivem em uma sociedade excludente.

Detrás dos piores alunos há um mundo a ser descoberto e explorado. (CURY, 2003, p. 65).

## Bibliografia

CURY, A. D. Pais Brilhantes, Professores Fascinantes. 6 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia, 27 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

FREINET, C. Uma Escola Ativa e cooperativa. São Paulo. 2002.

JANE BROWNING, diretora executiva da Associação Americana de Dificuldade de Aprendizagem, 2009.

# AVALIAÇÃO – Processo Amplo e Contínuo

*Glades Rosani Stuker Trost*

Graduada em Letras  
Pós-graduada em Metodologia do  
Ensino de Língua Portuguesa e Literatura

A avaliação é, sem dúvida, uma das tarefas mais árduas para o professor em sala de aula. É preciso ser justo, coerente e criterioso para avaliar o crescimento do aluno e, ao mesmo tempo, a sua atuação, a sua prática educativa.

Segundo Luft, no dicionário de língua portuguesa, avaliar é “determinar o valor ou a valia de; apreçar; orçar”. Nesse sentido, esse processo deve acontecer continuamente, como um instrumento que ajude o aluno a “orçar”, “avaliar” não só as suas dificuldades como também seus avanços e possibilidades. Enquanto o professor verifica se seus objetivos estão sendo atingidos, possibilita ao aluno tomar consciência sobre o que sabe, sobre o que ainda precisa aprender e o que precisa saber fazer melhor.

A avaliação é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem e, como tal, não pode ser considerada isoladamente: “A avaliação deve ser compreendida como constitutiva da prática educativa, dado que é a análise das informações obtidas ao longo do processo de aprendizagem – o que os alunos sabem e como – que possibilita ao professor a organização de sua ação de maneira adequada e com melhor qualidade”. (PCNS de Língua Portuguesa, 1997, p. 93)

A avaliação estando presente em todos os momentos em que o processo se desenvolve e ocorrendo simultaneamente com o ensinar e o aprender, permite ao professor retomar ou inserir técnicas e conteúdos, considerando diferenças individuais, buscando abranger não apenas a aquisição de conhecimento como também transformações nas atitudes e habilidades. Zabala (1998) concebe a avaliação como formativa. Segundo ele, avaliar compreende momentos distintos e igualmente importantes no processo de formação:

- *avaliação inicial* – a finalidade dessa etapa é identificar o que os alunos já sabem sobre o que será tratado, visando subsidiar o planejamento do trabalho;
- *avaliação reguladora* – pretende o acompanhamento das aprendizagens que vão sendo efetivadas pelos alunos, para que se possa ir ajustando as atividades às suas necessidades e possibilidades,
- *avaliação somativa* – é o momento de sintetizar as aprendizagens realizadas pelos alunos ao término de um período;
- *avaliação integradora* – momento em que a finalidade é analisar todo o percurso do aluno, nos mais diferentes aspectos: realização das atividades nos prazos acordados; disponibilidade para revisão de textos e para trabalhos em parceria, entre outros.

Estes momentos não são estanques, muito pelo contrário, se comunicam e registram momentos diferenciados da construção do conhecimento pelo aluno. A observação sistemática de atividades realizadas em sala de aula ajuda a compreender como os alunos transferem o conteúdo para a prática, gera informações constantes para que o professor possa refletir, criar estratégias de superação e ampliar suas possibilidades, fazendo assim os ajustes necessários na relação entre o ensino e a aprendizagem.

## **A avaliação na produção de textos**

Em Língua Portuguesa são muito importantes as questões como paragrafação, pontuação e ortografia na análise da produção escrita, mas é preciso, antes de tudo, considerar o contexto da produção, observando individualmente cada aluno, seu ponto de partida e de chegada, suas dificuldades e conquistas, quais são os seus principais problemas e por que os têm. Para assim, ao longo do trabalho, poder avaliar de quais conhecimentos os alunos se apropriaram e quais problemas foram superados. Alguns critérios devem ser levados em consideração: a disponibilidade do aluno para planejar, revisar e reescrever o texto; a adequação do texto no que diz respeito ao que foi escrito, à linguagem utilizada, à extensão do texto, aos recursos gráficos e às características do gênero; a coesão e coerência; a legibilidade do texto.

Um aspecto comum e presente na hora da avaliação textual é o fato de os professores darem ênfase maior ao aspecto ortográfico do texto, dando foco maior à ortografia, o que constitui um forte desestímulo para as habilidades lingüísticas criadoras. A escrita muitas vezes é vista como uma atividade ligada estritamente ao ambiente escolar, sem função social.

É preciso ultrapassar a leitura e avaliação superficial do texto para então se chegar à sua estrutura mais “profunda” e, com isso, promover a valorização das atividades de produção do texto enquanto processo dinâmico, social, cognitivo e lingüístico.

## A avaliação do processo de leitura

É importante verificar, nesse processo, o que já foi constituído pelos alunos bem como considerar, no desenvolvimento das atividades, se os alunos compartilham com outros colegas aquilo que estão lendo, se recomendam material de leitura a outros leitores, se comparam informações de diferentes fontes, de diversos autores, se, a partir de seu conhecimento sobre gênero, são capazes de ajustar sua leitura a diferentes objetivos e, por fim, atrevem-se a ler textos considerados por eles como difíceis.

Muitos alunos demonstram uma reação de insegurança e medo diante de situações de avaliação. Para amenizar essa situação, onde o processo de avaliação deixou de ser algo natural, o professor pode usar as atividades realizadas em sala de aula, em casa, trabalhos ao longo do trimestre como instrumento a mais, além da prova. Se a avaliação acompanhar o desempenho do aluno sem uma separação rígida entre os momentos de ensinar, de aprender e de demonstrar conhecimentos, o mesmo se libertará do medo e do estresse comum dos dias de prova. Se o aluno for bem esclarecido sobre essa opção, terá a oportunidade de acompanhar, junto com o professor, o desenrolar da aprendizagem, podendo superar dificuldades ao longo da trajetória.

Ao avaliar e apresentar ao aluno seus acertos e erros, é importante esclarecer os motivos de suas falhas, oferecendo oportunidades de superação. Mostrar que um erro pode servir de ponto de partida para uma aprendizagem correta, é dar segurança ao aluno e ajudá-lo, dia a dia, a superar o fracasso.

O sucesso do processo avaliativo pode ser “sentido”, percebido entre os professores quando deixa de ser um peso ou um fardo a cada fim de trimestre e se transforma numa valiosa ferramenta de apoio ajudando a cada um descobrir seu valor, seu potencial. Para o aluno que passa por esse processo bem planejado e bem trabalhado as vantagens são inúmeras, ele passa a se sentir autor da sua aprendizagem, sente-se mais valorizado pelo professor, pela turma e pela família.

## Bibliografia

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998

# AVALIAÇÃO: A Espera do Melhor Resultado

*Iracema Hendges*

Graduada em Ciências Naturais e Pós-graduada  
em Física e Matemática  
Coordenadora do Programa Mais Educação

A avaliação é a parte mais difícil do processo ensino-aprendizagem porque não se tem certeza se o método aplicado foi o correto. Todas as vezes em que o professor realiza atividades avaliativas ele espera o melhor resultado de todos os estudantes.

A avaliação tem o poder de premiar e/ou rebaixar o estudante se ela não for tratada como um assunto sério e muito importante no currículo escolar. Avaliar segundo o dicionário Aurélio significa determinar o valor ou a valia; apreciar o merecimento de; reconhecer a força de; estimar; etc. Baseada nessas definições, farei uma reflexão sobre o que é avaliar para mim e para a minha prática em sala de aula.

Quando o assunto é ensino e aprendizagem, a avaliação surge como um dos temas mais importantes. Destaco alguns pontos que considero norteadores de um processo avaliativo, que são:

- A avaliação deve estar a serviço da aprendizagem, reorientando as estratégias didáticas;
- Se as competências a serem desenvolvidas devem ser diversificadas, também os exercícios, instrumentos de avaliação devem sê-lo;
- A avaliação não deve ser usada como forma de coerção ou uso de poder;
- Deve-se favorecer o envolvimento ativo do aluno em sua avaliação, estimulando a auto-avaliação, tanto individual quanto coletiva;
- Outros instrumentos de avaliação devem ser empregados, além de testes e provas.

A avaliação é um assunto muito complexo, pois cada avaliador tem uma opinião sobre o desempenho de seu avaliado. Cada ser humano pensa diferentemente um do outro e isso torna ainda mais difícil a avaliação correta.

Existem diversas formas de avaliação, isto é, podemos optar por oral ou escrita, individual ou em grupo, nas funções diagnóstica ou prognóstica, de maneira mais específica e englobar vários tipos de competências. Elas possibilitam verificar se o estudante é capaz de transferir e aplicar os conhecimentos adquiridos em situações concretas, na resolução de problemas reais do cotidiano. Ou se ele, sendo capaz de ação crítica e cooperativa, constrói coletivamente o conhecimento.

É por meio de tarefas individuais, oportunizadas após momentos de experimentação e debate, de preferência dissertativos, que o professor poderá investigar com maior consistência o estágio de construção do conhecimento pelo aluno. Ou seja, é preciso construir um cenário avaliativo condizente com os propósitos da avaliação em suas várias dimensões e com as concepções de cada área do conhecimento, para se falar em aprendizagem no sentido da palavra conforme Hoffmann (2002):

É por meio de tarefas individuais, oportunizadas após momentos de experimentação e debate, de preferência dissertativas, que o professor poderá investigar com maior consistência o estágio de construção do conhecimento pelo aluno. Ou seja, é preciso construir um cenário avaliativo condizente com os propósitos da avaliação em suas várias dimensões e com as concepções de cada área do conhecimento, para se falar em aprendizagem no sentido da palavra. (Hoffmann, 2002, p 38)

A avaliação deve ser a mais abrangente possível, a fim de considerar sempre o maior número de habilidades e competências desenvolvidas por cada estudante. Entendo que um estudante deve ter oportunidade de ver suas melhores potencialidades valorizadas, lembrando sempre que a presença delas e seu grau de desenvolvimento variam de indivíduo para indivíduo.

Deve-se também levar em conta fatores como participação e empenho, postura em sala de aula e no laboratório, a criatividade e a capacidade crítica, além do interesse e apreço pela disciplina. É ainda, essencial que haja pontualidade em relação às atividades propostas para casa, que devem preencher parte do tempo do estudante em sua rotina extraclasse.

A avaliação constitui um elemento central na estruturação de novos currículos. Defende-se uma avaliação mediadora voltada para ajudar cada participante a atingir o máximo em aprendizagem. Isso é visto como um processo participativo e de decisões coletivas em que tanto professor como alunos são sujeitos do processo.

Na superação de avaliações classificatórias baseadas em medidas, propõe-se a uma avaliação mediadora que se concentra no acompanhamento das aprendizagens dos alunos, implicando ao mesmo tempo em ajuda e redirecionamento das atividades quando se observam problemas de aprender. Os erros, nessa perspectiva, são interpretados como hipóteses alternativas de aprender, indicadores para uma melhor adequação da mediação do professor (Astolfi, 1999, p.65).

A avaliação é uma ferramenta em que os professores muitas vezes subestimam. A avaliação precisa ser parte de todo o processo de ensino, já que o processo de aprendizagem é contínuo, isto é, nós nunca paramos de aprender.

Os testes utilizados como técnica de avaliação não devem ser os únicos instrumentos de avaliação utilizados pelos professores, pois existem diversas outras atividades acontecendo na nossa sala de aula, onde podemos citar, os exercícios, os trabalhos, as pesquisas, entre outros.

Muitas vezes os testes, exames, provões são exigências das escolas e servem como um tipo de dispositivo de segurança contra bagunças, desinteresse dos alunos e até para serem usadas com pais, quando vem reclamar da nota baixa dos filhos. Não bastasse isso temos ainda avaliações externas como a “provinha Brasil” em que nossos alunos são avaliados sobre assuntos que muitas vezes não foram ensinados porque não fazem parte do nosso currículo e as notas obtidas por eles são utilizadas para avaliar a escola como entidade e após comparadas com as demais escolas da rede de ensino a qual você pertence.

Finalmente, a mediação do professor concretiza-se a partir de uma avaliação coerente com as propostas que adota. Entendendo a avaliação como acompanhamento da complexificação dos conhecimentos dos alunos, o professor concretiza uma avaliação mediadora. Com sua preocupação centrada na aprendizagem efetiva dos alunos, o professor valoriza principalmente os avanços e progressos, utilizando indicadores que se oferecem na medida em que acompanha o trabalho para redirecionar o processo sempre que necessário.

Quando o professor solicita a realização de trabalhos em grupo ele usa artimanhas para a reflexão de cada aluno, para o desenvolvimento do conhecimento e da compreensão do conteúdo que estão estudando. Essa prática ajuda o aluno que ainda não assimilou o conteúdo e com o auxílio dos colegas consegue resolver as atividades com segurança e acaba aprendendo a matéria.

## Tipos de Avaliação

Segundo Zabala (1998) existem duas formas de avaliar:

- *Avaliação classificatória*: utilizada para corrigir trabalhos e provas dos alunos para verificar respostas certas e erradas apenas para classificar o aluno para a próxima série ou não.
- *Avaliação mediadora*: analisa ações educativas que favorecem a descoberta de melhores soluções e/ou hipóteses com acompanhamento do aluno para acesso a outra série. Na concepção behaviorista de aprendizagem, temos alguém que ensina e alguém que aprende, estagnados, cada um no seu lugar. O professor apresenta explicações claras, textos consistentes e ambientes pedagógicos organizados que darão ao aluno condições ideais para aprender.

Essa concepção veicula a prática avaliativa da observação e registro de dados observados como comportamento, participação e assiduidade.

## Parâmetros entre aprender e avaliar

Aprendizagem significa mudança no comportamento tanto em quem ensina como em quem aprende. Avaliar significa demonstrar controle permanente no crescimento intelectual dos alunos.

A avaliação perfeita, justa, correta não existe. Isso deve servir como em certo alívio. Nós devemos procurar melhorar cada vez mais as formas avaliativas através do esclarecimento dos objetivos da avaliação, dos critérios, das limitações, das conseqüências, dos instrumentos, da integração no processo ensino-aprendizagem, etc, mas sempre haverá uma forma de

melhorá-la, conforme afirma Hoffmann (2002, p.27) “A ação avaliativa se desenvolve em benefício ao educando e dá-se fundamentalmente pela proximidade entre quem educa e quem é educado”

Atualmente espera-se muito dos professores, pois os governos querem todas as crianças na escola, esquecendo de suas diferenças sociais, étnicas, culturais. Os professores ao avaliarem devem resolver todos os problemas destas crianças e dos jovens e até mesmo dos adultos que chegam às suas mãos é o que a sociedade espera deles, é a responsabilidade que, não lhes pertence, mas que deve ser delegada para alguém e, que portanto, diante da ineficiência do Estado, é entregue à escola, mais precisamente, ao professor de forma impositiva, para que faça o que ninguém mais quer fazer: educar, humanizar.

É muito importante a presença e a participação dos pais dos nossos alunos, fazendo dessa forma a sua parte em conjunto com os professores que trabalham com seus filhos, lembrando que os professores são pessoas que trabalham para o crescimento e a formação de outras pessoas.

## Bibliografia

ASTOLFI, Jean-Pierre. A didática das ciências/ Jean-Pierre Astolfi, Michel Delevay; tradução Magda S.S. Fonseca. – Campinas, SP: Papirus, 1990.

HOFFMANN HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover. 2. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2002

ZABALA HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover. 2. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2002

# AVALIAÇÃO E ORALIDADE

*Luis Gustavo Graffitti*  
Graduação em História

Este artigo tem por objetivo levar os educadores a refletirem sobre a abordagem do sistema de avaliação do ensino e aprendizagem nas instituições escolares públicas e privadas a perceberem que não podem simplesmente medir e transformar de zero a cem a aprendizagem dos educandos. A educação brasileira tem como grande desafio dentro do contexto da atualidade promover a aprendizagem de todos os alunos e lhes assegurar uma trajetória de sucesso. Esta trajetória só será possível se o aspecto pedagógico tido como central passar a fazer parte de uma gestão que priorize formas de pensar, sentir e atuar para garantir a permanência do aluno na sala. Nessa perspectiva torna-se fundamental a constituição de um conceito de avaliação escolar que atenda às necessidades de escolarização das camadas populares, porque são elas que mais têm sofrido como o modelo de escola atual. E, se o movimento amplo da sociedade impõe um novo tipo de escola, impõe, também, a necessidade de um novo referencial para a constituição dos processos de avaliação.

A avaliação de hoje está usualmente centrada no desempenho e no conhecimento apreendido pelo aluno, não considerando o projeto político-pedagógico da escola e nem as necessidades reais do próprio. Há diversas modalidades de avaliação que podem ser empregadas na escola, dependendo do que se pretende verificar. As formas de avaliação que, atualmente, parecem ser mais frequentemente empregadas nas escolas são a prova escrita, a prova oral, a autoavaliação que alguns professores convidam seus alunos a fazerem sobre o seu próprio desempenho e a avaliação. São formas fundamentais na avaliação escolar. É claro que podem e devem haver outras modalidades, mas as três citadas devem, efetivamente, fazer parte sempre de qualquer avaliação moderna. O resultado de manter estes instrumentos avaliativos é formação final de um adulto que entenda que o mundo ainda é um lugar que tem espaço para

todos, mas por ser real e arbitrado por uma cosmogonia contemporânea, quem carrega uma boa bagagem de conhecimentos individuais leva uma ligeira vantagem para sobreviver e gerar descendentes.

Cabem ao professor organizar da melhor forma possível os momentos de avaliação. Definido isso, os alunos devem ser informados quais os temas que o professor propõe para aquela disciplina e para a série. O consenso deve ser buscado num prévio debate entre os educadores, o que, num futuro e com repetições, poderá colaborar para outra aprendizagem. Um bom ponto de partida é os temas relativos à compreensão do mundo. Do seu mundo. Do mundo do aluno. Se ele compreender que o seu meio, o seu contexto histórico, é reflexo de algo maior e que apresenta uma lógica, muitas vezes desumana, então sentirá que não está respondendo a provas escritas e orais porque o professor quer assim, mas percebe a importância do estudo de cada disciplina específica para o conhecimento de uma realidade da qual ele próprio faz parte. Outro ponto é codificar as informações recebidas de forma a realmente resolver problemas futuros, como vestibular, emprego, livre iniciativa, ou até casamento-família. Sendo assim, a avaliação escolar deve permitir verificar não apenas a retenção de informações sobre a matéria pelo aluno, mas, principalmente, se os alunos estão sendo capazes de utilizar aquilo que aprenderam a partir dos exemplos dados pelo professor na compreensão e resolução de problemas que mais a diante o mundo jogará nos ombros da próxima geração.

Nesse sentido, a prova oral deveria ter um peso maior e ser lembrada com mais carinho pelos mestres. Na era das comunicações globais, quem não sabe falar terá dificuldades no enfrentamento de seu destino. Falar com sentido de ‘argumentar’. Mesmo porque, apesar da informática, da cibernética, o mundo é ainda construído através das relações humanas. E você só argumenta com outro ser humano. Nas máquinas é só desligar. O aluno seria convidado a opinar sobre o tema proposto no momento sob a ótica da sua vivência. A seguir o professor levantaria um problema estimulando o aluno a argumentar usando os pressupostos mesclados da bagagem do aluno e do conhecimento discutido em sala de aula. A conclusão deve ser um momento em que aluno e professor encontram pontos comuns em suas colocações sem esgotar, entretanto, o tema proposto. Assim, opinião, argumentação e conclusão constituem-se nas ferramentas óbvias da avaliação da aprendizagem e da construção do conhecimento.

Se, verdadeiramente, busca-se uma formação integral do aluno, onde as mais nobres atitudes humanas prevaleçam, é na avaliação que isto se manifestará com mais contundência.

Recentemente, a educação iniciou de forma efetiva uma reformulação quanto à avaliação dos conteúdos teóricos e práticos de todas as disciplinas relacionadas ao ensino Fundamental e Médio. De maneira inovadora estabeleceram-se conteúdos fazendo relações entre as disciplinas de modo a aplicá-los com referência a situações cotidianas. Dentre as mudanças devemos destacar as novas formas de avaliação, as quais enfatizam os seminários.

Sua importância para a avaliação moderna é que por serem baseados em uma arguição oral, criam oportunidades capazes de contribuir na comunicação e no raciocínio lógico e no crescimento individual do aluno. O preparo para uma arguição oral requer do aluno uma série de fontes de pesquisas auxiliares, fato que permite um contato com diversas temáticas, promovendo a investigação perante o assunto em questão, permitindo a criação de estratégias organizacionais e despertando a interação com o meio social por intermédio de um crescimento individual e coletivo, voltado para a presença ativa na sociedade em que vivemos.

Os trabalhos que visam às apresentações individuais ou coletivas devem incluir em seu desenvolvimento, aplicações práticas e teóricas cotidianas de ensino comunicativo abrindo um caminho maior à oralidade, favorecendo os alunos acerca de uma proficiência mais produtiva. Desta forma, o critério sugerido para a avaliação, a oralidade, seja em provas ou em seminários, deve conduzir o aluno primeiramente ao ensino comunicativo sem deixar, no entanto, de se apropriar do ensino gramatical em contextos relevantes ao longo do processo avaliativo.

Sobre a avaliação oral e seu uso mais intensivo, nota-se que os alunos não são favoráveis, de um modo geral, à prática de teste oral como forma de avaliação de conhecimentos adquiridos. Preferem entender a prova oral como sendo um mecanismo a mais não necessário dependendo das condições de como todo o processo vem sendo desenvolvido, e ainda, dependendo dos objetivos dos discentes. Contudo, saber falar é ajustar a linguagem ao público, contexto e finalidade. E nem sempre os alunos estão preparados suficientemente para exporem suas ideias com clareza e discernimento. Daí advém esta reticência em usar com mais propriedade a avaliação oral e a oralidade como mecanismo principal de avaliação.

O lógico e mais evidente é que se deve, como já foi dito, lançar mão de várias práticas de avaliação. Mas, insistirmos que o uso da oralidade como prática avaliativa deve ser, cada vez mais, levada em consideração dentro do processo de aprendizagem. Deve-se ampliar a visão de que os fundamentos ou princípios básicos da avaliação escolar, pautados na oralidade mais intensiva, são partes integrantes da construção do conhecimento e de sua divulgação ou transferência para a sociedade através de instrumentos como seminários, palestras, colóquios, conversas, etc. Tudo isso deve acontecer como exercício intensivo de partilha de informações já que estamos vivendo a era da informação. Informação rápida, direta e explícita.

Finalmente, temos que considerar que a oralidade pode e deve ser utilizada para avaliar de forma complexa e, no nosso entendimento, é a mais completa forma avaliativa que profissionais de educação podem utilizar-se. Além de demonstrar abertamente a profundidade e a extensão do conhecimento adquirido pelo aluno, esta forma também permite a emissão de opiniões acerca dos conhecimentos discutidos e estudados por parte dos alunos. Também permitirá que a habilidade de expressar-se oralmente seja cada vez mais aprimorada, colaborando definitivamente para o processo interativo de construção de significados cotidianos ou não. No futuro, um bom orador, formado a partir das avaliações escolares orais, terá a capacidade e o conhecimento de ser bem sucedido em todas as etapas de sua vida.

# ENSINAR, APRENDER E AVALIAR: Discutindo os Desafios da Avaliação no Processo Educativo

*Luisa de Aquino Borini Alves*

Licenciada em Geografia pela FAFIUV  
Pós-Graduação em Interdisciplinaridade pela  
UNIVILLE

## Introdução

Ensinar e aprender são tarefas diárias de qualquer educador. Parece ser uma tarefa simples, porém é muito complexa a efetivação desse processo. Ensinar leva à construção de conhecimento, sendo que o ensino só tem sentido quando ocorre o comprometimento por parte do educador, que precisa confrontar, questionar e provocar, e também do educando, que precisa se sentir instigado e conseqüentemente desejar construir o conhecimento. Aprender é um ato lento, é uma busca constante tanto da parte do educando quanto do educador, e por isso o diálogo e a troca entre ambos faz-se necessária.

Em meio ao processo de ensino e aprendizagem, a avaliação é uma das ferramentas mais importantes. A avaliação é um momento ímpar, pois possibilita refletir sobre como os objetivos traçados vem sendo contemplados, e assim permite que se reavalie e reorienta as ações educativas, haja vista que a educação não é um processo estático, mas que assume dinamismo no momento em que suas concepções são construídas e reconstruídas.

Diante deste quadro, neste artigo se propõe discutir o contexto do processo de ensino e aprendizagem, destacando os desafios envolvidos na tarefa de (re) avaliar educadores e educandos, visando uma educação mais instigante e libertadora. Para isso, num primeiro momento aborda-se a respeito das concepções de ensino e aprendizagem no mundo atual, passando a discutir o processo de avaliação no âmbito educativo. Por fim, faz-se uma leitura dos desafios relacionados à avaliação no processo de ensino e aprendizagem, visando contribuir com o debate que envolve o processo de avaliação em meio ao contexto educativo.

## O ensino e aprendizagem e os desafios do mundo atual

Neste século XXI, a humanidade tem enfrentado desafios capitais para sua sobrevivência em longo prazo, tais como os descuidos com o meio ambiente e a exploração irresponsável dos recursos naturais, a explosão demográfica, o consumismo e a supervalorização do capital sobre as práticas culturais, entre outros.

Para enfrentar os desafios do mundo atual, já há consenso de que a humanidade terá de promover grandes mudanças, e que entre elas está a adequação libertadora e consciente da formação básica dos jovens a uma sociedade cada vez mais dependente da globalização da economia, onde a preparação para o mercado de trabalho exige dos profissionais novas capacidades como a flexibilidade, adaptação e inovação.

E as dificuldades dessa adequação da formação básica são grandes no momento em que observamos que existem diversos e heterogêneos cotidianos que muitas vezes convergem no universo escolar. Nesses cotidianos de educandos e educadores há diversos “mundos”, entre eles aquele em que as drogas consomem seus maiores anseios e preocupações, ou que a violência doméstica e das ruas é muito presente, e ainda para outros há um mundo com o acesso as tecnologias de ponta, com acesso ao mundo virtual, com jogos eletrônicos, televisão a cabo e viagens internacionais. São esses os cotidianos que muitas vezes se cruzam e se entrecruzam, onde as ideias de Freire (1997) nos auxiliam a discutir a importância do educador compreender o contexto do educando em busca de uma pedagogia da autonomia.

E é em meio a esses contextos diversos que os desafios são lançados ao mundo educativo, em que sociedade (organizada em suas comunidades), e não apenas a escola, precisa estar ciente de sua realidade, seus problemas e potencialidades, visando traçar objetivos a serem alcançados buscando melhores condições de vida. No âmbito escolar, é idealizado que essas concepções educativas, em torno do contexto escolar e os seus cotidianos, estejam contidas dentro do projeto político de sua escola, e que é a partir desse projeto que a atuação da escola na comunidade é regida e orientada.

Morin (2001) em seu livro “Os sete saberes necessários à educação do futuro” descreve e analisa habilidades que precisam ser trabalhadas na escola para garantir a formação de cada cidadão, sendo elas: conhecer o conhecimento; entender um problema em seu contexto escolar; entender a complexidade humana em sua complexidade; entender o destino dora-

vante planetário da humanidade; encarar as incertezas por meio de gestão; desenvolver a capacidade para compreender e desenvolver a ética por meio da democracia.

O que se observa é que na construção do conhecimento dentro da proposta escolar, o desenvolvimento de habilidades para aprender a aprender estão ao alcance de qualquer pessoa, mas dependem de uma adequação programática de acordo com o contexto vivido, onde se devem estabelecer objetivos com os quais se possam trabalhar determinados conceitos e temáticas de acordo com os anseios e perspectivas futuras locais. E nessa perspectiva, o processo de avaliação está inscrito em diversas dimensões, desde o avaliar o educando de acordo com a seu desempenho cognitivo e crítico, quanto ao papel da escola como um todo, na formação cidadã por ela promovida.

## O processo de avaliação e o contexto educativo

De acordo com Turra (1986), as funções da prática avaliativa se dividem em gerais e específicas. As funções gerais consistem em: fornecer as bases para o planejamento; possibilitar a seleção e qualificação de pessoal; ajustar políticas e práticas curriculares. Já as específicas se referem a facilitar o diagnóstico; melhorar a aprendizagem e o ensino; estabelecer situações individuais de aprendizagem.

Todavia, é sempre importante e necessária a reflexão sobre os fundamentos e os objetivos da avaliação. O que avaliar? Por quê? Como? Que critérios usar? Para que avaliar? E quando avaliar? Numa busca por essas respostas, alguns autores discutem e interpretam a função da avaliação e suas perspectivas no contexto escolar.

No entendimento de Perrenoud (1999), a avaliação é um meio para constatar que os educandos adquiriram os conhecimentos propostos e não um objetivo em si. Ao ensinar deve-se ter uma ideia muito clara da forma de avaliação dos conhecimentos, as formas de ensino e as exigências no momento da avaliação.

Especificando o processo de avaliação e as ações a ele associadas, Libâneo (1994) afirma que estão atreladas à avaliação três ações. A primeira ação é a *verificação*, que consiste na coleta de dados aproveitáveis dos educandos, através de provas, exercícios tarefas ou de meios auxiliares, como observação de desempenhos, entrevistas, etc. A segunda ação corresponde à *qualificação*, que se prevê a comprovação de resultados alcançados em relação aos objetivos

e, conforme o caso, atribuição de notas parciais ou conceitos. A terceira e última ação, a *apreciação qualitativa*, instiga a avaliação propriamente dita dos resultados, referindo-se a padrões de desempenho esperados.

Para Lesann (2009) a avaliação deve atender três funções: diagnóstica, formativa e somativa. A *avaliação diagnóstica* servirá de orientação para a elaboração das intervenções que serão realizadas durante o ano para sanar as defasagens verificadas. A *avaliação formativa* é aquela que tem como foco o processo de ensino aprendizagem e deve ocorrer no momento em que os educandos, com a ajuda do educador, reveem seus resultados e superam suas dificuldades, seus bloqueios e suas lacunas de conhecimento. Ela precisa ser realizada no dia-a-dia e sempre que necessário. A *avaliação somativa* deve ser realizada ao final do processo de ensino-aprendizagem, por meio da análise do que foi aprendido e do levantamento dos pontos falhos das avaliações diagnóstica e formativa. Deve agregar informações de uma etapa de trabalho para elaboração de uma apreciação global, que revele a trajetória do educando.

Diante dessas contribuições teóricas, observa-se claramente o papel importante em que o processo de avaliação se insere no contexto educativo, pois permite acompanhar e interpretar de que forma o processo de ensino e aprendizagem está sendo desenvolvido, e como consequência possibilita a reflexão e discussão dos resultados desta avaliação sobre os objetivos traçados, revelando os melhores caminhos para que eles sejam alcançados.

## Conclusões e considerações

O ato de aprender é possível quando o educando consegue desenvolver uma representação mental sobre seu objeto de estudo. Para isso ele precisa de um espaço, de um momento no tempo escolar, em que possa refletir sobre suas dúvidas. Cabe ao educador possuir a flexibilidade e a sensibilidade de promover ações avaliativas que permitam dar vazão ao processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação é indicada justamente para esse momento de reflexão, pois ela é uma ferramenta para intervenções, um processo constante e sistemático que tem a finalidade de verificar se os objetivos estão sendo atingidos, se as habilidades e as competências são alcançadas.

O que se deve estar realmente em pauta é que não basta que o processo avaliativo fique concentrado na tarefa de corrigir avaliações escritas e entregá-las aos educandos. É extremamente necessário que a avaliação

possa estar contida dentro do contexto de ensino-aprendizagem, baseadas nos seus problemas e potencialidades, e que possam atingir os objetivos propostos ou ainda revelar outras necessidades a serem consideradas.

E no contexto de que a educação escolar se insere como formação cidadã para a vida, se observa justamente o papel protagonista que assume a necessidade de nos avaliarmos e estarmos preparados para sermos avaliados. É preciso ter em mente que diante dos desafios do mundo que estão lançados, as mudanças da sociedade exigirão cidadãos perceptivos, criativos, dinâmicos e principalmente críticos, e que todas essas características nitidamente pressupõem processos contínuos de reflexão e autocrítica no âmbito individual e/ou coletivo, em que cidadãos e comunidades devem estar preparados para acertar e errar, e para, além disso, aprender a lidar com adversidades avaliando-se e por fim preparar-se para as mudanças.

## Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Brasil: Paz e Terra, 1997.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez. Unesco , 2001.

TURRA, C. *Planejamento de Ensino e Avaliação*. Porto Alegre, 1986.

PERRENOUD, P. *Avaliação: Da excelência a regularização da Aprendizagem*. Porto Alegre, 1999.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo. Cortez, 1994.

LESANN , Janine. *Geografia no Ensino Fundamental I*. Belo Horizonte, 2009.

REGO, Nelson. CASTROGIOVANI, Antonio Carlos. KAERCHER, Nestor André. *Geografia: Práticas para o Ensino Médio*.

STEFANELLO, Ana Clarissa. *Didática e Avaliação da Aprendizagem no Ensino de Geografia*. Editora saraiva, 2009.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. *História e Geografia*. Brasília, 1997.

# RESGATES DE BOAS PRÁTICAS AVALIATIVAS

*Maria Lurdes Pedrolo*

Licenciatura Plena em Biologia, Ciências  
e Matemática

Coletar informações que orientam as políticas educacionais em todos os níveis de ensino é o principal objetivo geral comum do Sistema Nacional de Avaliação – Saeb, do Ensino Nacional do Ensino Médio – Enem e da Provinha Brasil. Após, o principal desafio é a definição de estratégias para melhorar a sala de aula e a formação dos professores a fim de atingir padrões de qualidade compatíveis com as novas exigências da sociedade do conhecimento. Avaliadas as “escolas”, as que tiveram menor desempenho recebem recurso financeiro para a melhoria dos espaços escolares e para as formações continuadas dos docentes com intuito de minimizar os problemas responsáveis pela defasagem escolar. Conforme, Ferrer e Arregui (2003), as mudanças realmente ocorrerão quando toda a comunidade escolar estiver mergulhada na importância das referidas avaliações, ajudando a analisar resultados, propondo-se a novos desafios e financeiramente ter professores satisfeitos com seus salários. Salienta que a escola como um todo precisa estar envolvida no processo colaborando com as avaliações disponibilizadas pelo Ministério da Educação a fim de se extrair a verdadeira imagem do que realmente temos e o que realmente temos e o que nos propomos para atingir as metas da UNESCO previstas até o ano de 2022.

Durante toda a formação para a docência, todos nós estudamos sobre avaliação, lemos, discutimos e apresentamos textos com as mais diversas formas de avaliar. E sobre a metodologia a ser trabalhada em sala de aula, quantas e quantas formas já nos foram apresentadas, certo? Também não podemos minimizar às vezes, caro colega, em que já fomos elogiado e, muitas vezes, mal entendidos na nossa forma de “medir” o conhecimento atribuindo um valor em números? Quantos já foram os momentos em que presenciarmos cenas com diálogos de colegas empolgados com o bom rendimento dos alunos, o que prova a sociedade que nos importamos com nossos alunos. Cenas com lamentos pela situação de vulnerabilidade deste

ou daquele aluno, cenas de registro de espancamentos familiares nesta ou naquela criança também são comuns e acabamos nos envolvendo, enfim, são tantos os problemas sóciais e econômicos que interferem diretamente na aprendizagem que sabiamente repercutem em nossa avaliação por mais eficiente que ela pareça ser. Toda vez que sentimos a aprendizagem “afloorar” nos empolgamos e isso nos dá o sonhar direito de ser feliz agora e de acreditar em nossas crianças e adolescentes para que sejam cidadãos muito melhores que nós. Segundo Perrenout (1999), falar em avaliação implica falar das relações entre as famílias e as escolas, da organização das turmas e de como tratar individualmente as necessidades dos alunos, na didática e nos métodos de ensino, nas satisfações pessoais e profissionais. Afirma o autor que a avaliação é fonte de estresse e preocupação para boa parte dos alunos e professores.

Para Moreira (1995) entendimento do que é aprender, do que é ensinar, do papel da escola está intimamente relacionado com a forma de avaliar, pois deve haver uma coerência entre ensinar, aprender, avaliar.

Já comentei sobre as inúmeras vezes em que “paramos” para discutir avaliação, sempre com objetivo maior, a aprendizagem dos alunos, a preocupação em concebê-la da forma mais correta possível. Porém, foi lendo um texto de Cláudia de Oliveira Fernandes (1997) que tive a idéia de valorizar as boas experiências de avaliações executadas pelos colegas que diariamente trabalham comigo. A partir de um diálogo entre professores no Programa Um Salto para o Futuro, ela construiu um texto onde relata:

“no entanto, a complexidade do cotidiano escolar traz inúmeros aspectos que merecem ser explorados com profundidade. A avaliação formativa– concebida como parte natural do processo de ensinar e aprender, ainda é uma prática pouco conhecida em nossas escolas e entre nossos docentes. É necessário investigar as práticas de avaliação já existentes a fim de subsidiar as mudanças requeridas pelos docentes” (FERNANDES, 1997, p.37) .

A expressão forte das duas últimas linhas fez-me decidir o que relatar a partir da citação acima. Sabedora da existência de boas práticas de avaliar fomentadas nas escolas, pensei: – por que não investigar? Assim, por trabalhar em uma escola que está a serviço do crescimento e enriquecimento dos sujeitos, fui buscar nela própria, as melhores formas de avaliação que, carinhosamente muitos colegas permitiram que eu registrasse aqui. Solicitei a eles que relatassem uma forma em que avaliaram os seus alunos e que tenham tido resultados eficazes, tanto para os alunos quanto para eles.

Convido respeitosamente o colega a debruçar-se na leitura com o relato de cada um, pois, certamente em algum parágrafo você vai se sentir incluído e pensar: “– eu já fiz (faço) um trabalho semelhante, lembro-me dos meus alunos escrevendo, relatando, debatendo, traçando estratégias, curiosos, justificando e até esbravejando comigo, há se lembro!”.

## Relatos e trocas de experiências

Essa parte do texto destina-se à socialização do relato dos colegas que fazem parte da minha caminhada. Se hoje sou uma professora melhor é porque aprendi a buscar, respeitar e até a copiar o que eles fazem por nossos alunos em sala de aula.

A colega Lisiane salienta a preocupação em “atrair” com textos que sejam da realidade dos alunos e avaliar várias fases do envolvimento:

*“Os alunos gostam de fazer trabalhos que sejam, avaliados, mas isso precisa ser revisto, pois sabemos que sempre tem alunos que se destacam, os conteúdos precisam ser chamativos, ou seja, eles precisam se sentir atraídos pelo conteúdo, para assim ter gosto de estudar e vir para a escola, procuro trazer textos que sejam da realidade dos alunos, assim procuro encaixar os conteúdos e para avaliá-los observo o processo todo (vocabulário, escrita, criatividade, discernimento, argumentação)”. Prof. Lisiane Hübner – Língua Portuguesa*

A colega Luíza conseguiu avaliá-los a partir de recursos disponíveis, ECA, Telecurso, conhecimento popular, um exemplo com o tema “Violência infantil”:

*A partir do tema, junto com os alunos elaborou-se um teatro com esse tema. Nele foi citado os problemas enfrentados pelas crianças, as leis do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), etc... Achei muito produtivo. O estudo sobre a sociedade indígena foi baseado numa das aulas do telecurso 2000. Foi muito interessante. Na EJA, surgiu o tema: “represas” e tinham pessoas que ajudaram a construir uma, que puderam contar os detalhes que não aparecem nos livros. “Os alunos adoraram”. Professora Luisa Borini Alves – História.*

A colega Raquel revisa os conteúdos antes da prova de uma forma divertida, é a história de aprender brincando.

*“Faço o possível ao trabalhar, introduzir um conteúdo, relacionar com algo do cotidiano dos alunos, porém, antes, faço um diagnóstico com levantamento de hipóteses sobre o que já conhecem. Durante as aulas, procuro sempre ter anotações com acompanhamento das atividades de trabalhos. Antes de uma prova, faço uma revisão em forma de jogos sendo perguntas de múltipla escolha para responder em grupo. A prática consiste em passar uma caixinha com as perguntas e charadinhas. Além de divertido, todos querem acertar, acho que eles aprendem brincando ou pelo menos, de uma forma mais gostosa. Ao final, após a prova, revejo as anotações e a nota da prova, fazendo uma análise do crescimento, caso houve pouco rendimento faço uma revisão com novas metodologias”.* Professora Raquel Zanatta – Língua Portuguesa.

A colega Salete explorou um trabalho a partir da exploração de um desenho famoso e conseguiu adesão de todos.

*“Pato Donald no país da matemática foi uma atividade que realizei e que pude perceber o total envolvimento dos meus alunos no trabalho. Eles simplesmente adoraram e eu me senti a professora mais realizada do mundo”.* Professora Salete Loeblein – Matemática.

A colega Roseli conseguiu envolver muitas disciplinas, inclusive com ajuda de novas tecnologias.

*“Senti satisfação ao avaliar o ensino médio de maneira diferente em relação aos livros literários. Em grupos, cada aluno leu o livro escolhido, de acordo com o período literário estudado. Em grupos, prepararam os trabalhos com criatividade para apresentá-los. Tiveram um trimestre para prepará-los; fiquei maravilhada com os resultados obtidos, pois os alunos se envolveram com muita dedicação. Vestiram as personagens; eles passaram a vivenciar as histórias relatadas nos livros. Fizeram filmagens na apresentação, passaram os vídeos nos quais se viam representando as narrativas. Muitos alunos representaram papéis inversos, ou seja, do sexo oposto, tornando a apresentação ainda mais cômica. Foi uma experiência que fez com que o objetivo de trabalhar a leitura literária fosse muito além da sala de aula, assim deu certo. É uma prática que defendo, pois, os alunos conseguem fixar os livros que leem e extrair deles, algum significado para a suas vidas. Dessa maneira, eles leem, se divertem e lembrarão por muito tempo dos livros trabalhados. Prof. Roseli Scheer – Literatura.*

A colega Francieli conseguiu envolver várias habilidades ao sugerir como avaliação, a construção e uma maquete.

*“Maquetes– eles adoram é algo diferente, eles trabalham em grupos, pesquisam e aprender coisas novas a cada ano, pois precisam caracterizar em português/ inglês todo o cenário construído. Eles apresentam para os colegas, expõem suas obras de arte. Outras práticas que considero dar bons resultados é a confecção de livrinhos onde precisam trabalhar as habilidades escrever, ler, interpretar, escolher, desenhar, pintar, lateralidade e espaço e de traduzir”. Prof. Francieli Abegg – Língua Estrangeira Inglês.*

A colega Francielly aproveitou o tempo livre em casa para que seus alunos confeccionassem os seus próprios dicionários com explicação e desenho.

*“Cadernos conceitos – é um sistema aonde os alunos colocam conceitos distantes da sua realidade, conceitos aprendidos e de dúvidas. Sendo um dicionário de ciência que auxilia nas dúvidas. Alunos escrevem palavras e ao lado conceituam, fazem desenho. É do interesse do aluno, pois é feito em casa para tirar dúvidas das aulas. E é ocupado na sala por todo o ano letivo”. Prof. Francielly Justen, – Ciências Biológicas*

A colega Jussara salienta a importância das aulas práticas, consequentemente, os passos de um relatório, pois ao traçar um objetivo, o aluno já está sabendo alguma coisa do que vai aprender.

*“Acredito que a melhor aprendizagem aconteça em Ciências, na medida em que exista alguma observação ou atividade práticas juntamente com explicações do professor. Todas as observações e conclusões são escritas através de relatórios. Nestes relatórios, os alunos precisam escrever através de alguns passos, (objetivos, material, desenvolvimento e conclusão). Penso que os alunos, precisam entender o que significa os passos de um relatório. Vai ajudar no entendimento e outras áreas do conhecimento no presente e no futuro. Os alunos precisam traçar objetivos nas atividades práticas; isto, direta ou indiretamente, está ajudando-os a traçar objetivos, também, para as suas vidas”. Prof. Jussara Kramer – Ciências Biológicas.*

A Colega Neiva incentiva-os a irem para a frente do quadro, e assim estimula estudos, oralidade e desinibição.

*“Alunos indisciplinados do EJA consegui trazê-los para participar das aulas, inclusive indo ao quadro, opinando sobre os textos. De uma forma ou outra os valorizei e eles perceberam através de leitura de textos que envolviam a realidade deles. Uma das notas eu dava quando iam ao quadro e explicavam de forma correta o que estavam fazendo. Percebi que a oralidade de cada um estava melhorando, até mesmo os mais tímidos já arriscavam dar ideias colocando-se na frente da turma para falar”. Neiva Bergoli– Língua Portuguesa*

A colega Rubia gostou das experiências que teve com o trabalho a partir de projetos trimestrais com turmas de 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries:

*“Costumo sempre fazer umas conversas e testes com as turmas em que devo atuar, no início de cada ano letivo, isso me serve como diagnóstico e mostra um caminho possível para a aprendizagem dos alunos e para o desenvolvimento do meu trabalho. Eles queriam fazer coisas diferentes e eu precisava dar conta do que estava proposto no plano de estudo da escola, então programei, a partir dos interesses deles, desenvolver um projeto por trimestre e apresentei para a avaliação deles. Na hora, eles já toparam. As 7<sup>a</sup> séries trabalharam o ano todo com poemas, o primeiro trimestre previa a leitura e o estudo do poema e de suas diversas formas, fizemos rodas de leitura e pesquisa. No segundo trimestre, estava destinado à produção, leitura e produção, aproveitamos as músicas, musicamos alguns poemas, fizemos paródias, e divulgamos os poemas, através de cartazes, distribuímos pela cidade os melhores poemas criados por eles durante o ano e colocamos nos ônibus, nas vitrines, na programação da rádio e, ao final do projeto, no último trimestre, fizemos um recital e chamamos a comunidade. Para a 8<sup>a</sup> série trabalhamos com as mídias locais: jornal, rádio e televisão. Estudamos, visitamos e experimentamos cada um. No primeiro trimestre, estudamos o jornal e produzimos um; no segundo trimestre, criamos a rádio escolar no recreio e, por último, produzimos dois documentários, um sobre o universo feminino – dos 20 aos 70 anos– (gravidez, namoro, trabalho, família, sonhos,...) e outro sobre os costumes dos casais enamorados (paquera, namoro, casamento, vida familiar) com mais de 40 anos. Os alunos fizeram entrevistas com pessoas da comunidade e apresentaram em um seminário no final do ano. Essa foi uma das melhores experiências que tive e com melhores resultados, pude avaliar o desempenho de cada aluno individualmente e em grupo, eles se avaliaram e a nota foi apenas um número, por que o que valeu mesmo para todos nós foi a produção de em cada trimestre – os eventos”. Prof. Rubia Tessaro Santos – Língua Portuguesa*

A colega Francieli, através de um trabalho de pesquisa, explorou várias habilidades e conseguiu mostrar na prática, o que é realmente, um trabalho de pesquisa, ou melhor, para que ele serve.

*“Uma avaliação realizada e que, comprovadamente foi eficiente, produzindo bons resultados e cumprindo com o real papel da avaliação, que acredito não ser o de medir conhecimento do aluno, mas o de contribuir para a construção do mesmo, foi um trabalho de pesquisa, onde os alunos tiveram que “buscar”, estudar e preparar o assunto para apresentar/ explicar para os demais colegas. A partir da apresentação/explicação, pude perceber qual era a real aprendizagem do aluno e percebi que eles estudaram, se empenharam bastante o que contribuiu para a construção do conhecimento, pois eles não puderam simplesmente escrever/ copiar sobre o assunto, mas sim falar, explicar, perguntar, levantar dúvidas. Os alunos se interessaram e se envolveram com a apresentação do trabalho, o que acredito ter contribuído para a aprendizagem. Eles tiveram a oportunidade de expressar a sua maneira, o aprendizado e demonstrar o esforço para obtenção do mesmo”. Prof. Francieli Ribas Cossetin.*

A colega Isolde ao avaliar, estabelece relações interdisciplinares, além do conteúdo propriamente dito e suas relações, corrige todo o texto (concordância, ortografia, vocabulário).

*“Considerando que avaliar vai muito além de realizar provas, de atribuir notas, classificar, aprovar ou reprovar, proponho um instrumento de avaliação que promovam caminhos para o desenvolvimento e crescimento do educando, a interdisciplinariedade, a leitura e a pesquisa. A prática e o refazer para atingir objetivos propostos. Nesta perspectiva o aluno é avaliado principalmente por relatos descritivos produzidos a partir de atividades práticas envolvendo o conteúdo. Aluno elabora o seu texto descrevendo a atividade e o que aprendeu dela. Entrega-o ao professor e este faz a sua análise observando erros de ortografia, concordância, e principalmente os aspectos específicos do conteúdo em estudo. Após a primeira correção do professor, o aluno recebe o texto para reorganizar (refazer) com o compromisso de fazer às devidas correções e principalmente, acrescentar ao conteúdo em estudo as relações que podem ser estabelecidas com as outras disciplinas e para a aprendizagem do dia a dia, ou seja, o que uma aula prática tem a ver com a melhoria da minha vida. Acrósticos e mapas conceituais são atividades que também permeiam minha prática, ao invés de simplesmente conduzir com aquela velha prática tradicional de perguntas e respostas”. Prof. Isolde Loeblein – Física*

O colega Eliseu acredita que a necessidade do aluno em minimizar o conteúdo facilita aflorar a imaginação, culto ao pensar.

*“Eu tenho feito várias formas de avaliação, de modo a poder ter uma melhor compreensão do aproveitamento dos conteúdos trabalhados e ao mesmo tempo avaliar o que os alunos possam ter compreendido sobre o assunto, de modo que, ao avaliar também estou me avaliando como educador. Tenho feito provas com questões de formas dissertativas, pois assim servem para avaliar a capacidade de discernimento dos alunos. Porém, a forma de avaliação que tem uma melhor aceitação é a prova com cola permitida na qual os alunos podem fazer um resumo das atividades trabalhadas em sala e no dia da prova eles podem usar essa cola, assim ele tem de estudar de forma estratégica (pensar) para que o resumo “caiba” no espaço permitido da “cola”, acredito que também é uma forma de aprender”. Eliseu Santana – Filosofia.*

Agora, é a minha vez de contar minha experiência:

Eu gosto de iniciar um assunto relacionando com outros temas e instigando-os a falarem o que sabem ou já ouviram falar sobre algo que tenha a ver com assunto. Ao estudar, por exemplo, a anatomia do corpo humano, primeiramente escrevo alguns nomes de órgãos do corpo e peço para identificá-los em um desenho ou em um boneco que há no laboratório de ciências da escola. Guardo o registro da dinâmica e após estudarmos o assunto, repito a prática e confiro junto com eles a aprendizagem que obtiveram na caminhada proposta. Na matemática organizamos a preparação de uma receita de “nega-maluca”. Calculamos as proporções para uma, duas ou mais receitas e os devidos custos. Ao prepararmos a receita, conversamos sobre higiene na cozinha, reações químicas, etiquetas, entre outros. Pronto o alimento, fomos dividindo-a em diferentes frações, comparando os tamanhos e estabelecendo igualdades entre números fracionários e decimais. Acho que trabalhar com “alimentos” é algo que serve para extrapolar vários assuntos sem contar a boa relação de convivência que pode ser estabelecida entre o professor e o aluno, pois alimentarmos é prática universal, é a alquimia na cozinha.

Para finalizar, conforme Fernandes (1997) há práticas rotineiras enraizadas na nossa forma de avaliar que precisam ser repensadas, porém, é preciso realmente resgatar as boas práticas que estão coerentes com a função primeira da instituição escolar que é de incluir, formar, perpetuar valores e conhecimentos, modificar, transformar, construir, criar, ousar.

Na descrição das práticas as habilidades mencionadas pela autora são evidenciadas no processo de avaliar, em diferentes momentos, pelos trabalhadores em educação da escola Águia de Haia.

## Referências Bibliográficas

Avaliação – Saeb, do Ensino Nacional do Ensino Médio – Enem e da Provinha Brasil.

FERNANDES, C. O. *A construção do currículo na escola pública: a interação de propostas curriculares oficiais*. Rio de Janeiro, 1997.

FERRER, J.G.; ARREGUI, P. *Provas internacionais de aprendizado aplicadas na América Latina e seu impacto na qualidade da educação: critérios para futuras aplicações*. Rio de Janeiro, Preal, 2003.

PERRENOU, Ph. (1999). *Avaliação. Da Excelência à Regulação das Aprendizagens*. Porto Alegre : Artmed Editora.

MOREIRA, Antônio F. B. (1995). *Currículos e Programas no Brasil*. Campinas: Papyrus

# AVALIAÇÃO ESCOLAR: Implicações na Aprendizagem

*Raquel Rosa Zanatta Alves*

Graduação em Letras e suas respectivas Literaturas

Pós-Graduada em Neuropsicopedagogia com  
ênfase na Educação Especial

Avaliar sempre foi um grande problema para professores, alunos e pais. Muitas dúvidas angustiam os educadores: O que avaliar? Para que avaliar? E quando avaliar? Ao mencionar o termo avaliação, logo se faz referência aos resultados alcançados pelo aluno, como bem esclarece Zabala, (1998, p. 196) que “habitualmente, quando se fala de avaliação, se pensa, de forma prioritária ou mesmo exclusiva, nos resultados obtidos pelos alunos. Hoje, esta referência quase que exclusiva ao aluno continua sendo o principal alvo de qualquer aproximação ao fato avaliador”.

As provas externas, como a Prova Brasil e ENEM, são exemplos de avaliações que evidenciam apenas os resultados, sem considerar o processo de aprendizagem pelo qual o aluno passou. Inclusive esses resultados apresentam a baixa qualidade do ensino brasileiro.

O artigo 9º, inciso VI, da LDB, diz que é incumbência da União criar processos nacionais de avaliação de rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com o sistema de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria de sua qualidade. No entanto, é preciso repensar a forma de avaliar, bem como todo o processo de aprendizagem de forma integrada e não fragmentada como está atualmente.

Quando deparamos com os resultados no final de cada trimestre e, mais ainda no final do ano letivo, surge então outra questão: e os alunos que não alcançaram os resultados esperados? Conforme o artigo 12, inciso V, da LDB, os estabelecimentos de ensino são responsáveis por prover meios para a recuperação dos seus alunos, desde o início das aulas até a avaliação final. Segundo Motta (1997, p. 272), “a recuperação deve

constar no planejamento e no calendário escolar. O regimento da escola deve disciplinar a recuperação, a qual precisa também ser incluída no plano pedagógico da instituição”.

Portanto, a escola precisa se organizar de forma a encontrar estratégias que possibilitem aos alunos com baixo rendimento escolar recuperar a defasagem para acompanhar os colegas e não ver a reprovação como alternativa de solução. Perrenoud (1989, p. 108) afirma que prover meios para a recuperação de alunos é “expurgar da vida escolar as práticas que não contribuem para o aprimoramento do trabalho escolar e os rituais e as rotinas que não contribuem para a aprendizagem”.

É importante ter presente que recuperar não é só oferecer mais uma vez e da mesma forma o mesmo conhecimento se não introduzir mudanças qualitativas nas rotas de trabalho para produzir um marco adequado ao aluno em recuperação. A recuperação tem por objetivo a superação das dificuldades de aprendizagem do aluno, na medida em que as mesmas vão sendo detectadas; deve ser desenvolvida concomitantemente ao período letivo e acontecer prioritariamente durante as atividades regulares, com a utilização de situações e instrumentos diversificados. Portanto, cada professor tem autonomia de escolher a melhor forma de recuperar a defasagem da aprendizagem dos alunos.

Também consta no artigo 24 da LDB, critérios da verificação dos rendimentos, em que a “avaliação deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”. É importante destacar, que cumulativa não significa somativa, e sim uma forma de investigação constante do processo de aprendizagem, visando a uma integralidade. Assim, todo juízo sobre o desempenho do aluno poderá ser alterado numa constante avaliação diagnóstica. Dessa forma, a avaliação deixa de ser seletiva, em que separa os que não podem superar diferentes obstáculos, e passa a oferecer a cada aluno, oportunidades de desenvolver suas capacidades, como destaca Zabala (1998)

Avaliação é aquela que tem como propósito a modificação e a melhoria contínua do aluno que se avalia; quer dizer, que entende que a finalidade da avaliação é ser um instrumento de aprendizagem seguido pelo aluno, com o objetivo de lhe oportunizar, em todo momento, as propostas educacionais mais adequadas. Zabala (1998, p. 200)

A avaliação está presente em todas as atividades humanas, pois julgar, comparar, analisar, compreender, valorizar são reflexões de orientação que tornam o ser humano organizado e capaz de decidir de forma sistemática o planejamento de sua vida. Também assim, ocorre no âmbito escolar: existem formas estruturadas e organizadas que, criadas, fazem dessa prática uma possibilidade de transformação social no combate à exclusão escolar como ferramenta emancipatória de uma educação integral.

Dessa forma, Macedo (2005) enfatiza que:

Pedagogia diferenciada não significa ensino exclusivo, individualizado. Trata-se de pensar maneiras, estratégias e recursos diferentes para tornar possível que na escola todos possam realizar seu percurso segundo suas diferentes características e ritmos de aprendizagem. Criar e administrar situações que favorecem essa realização implica pensar a avaliação como orientação. Macedo (2005, p. 110)

Ainda Zabala (1998) esclarece que o registro das avaliações também precisa receber cuidados. Quando for para o professor, deve conter os detalhes do percurso. Para o aluno, deve ser periódico, indicando suas possibilidades. Já para os familiares, deve ser claro, de maneira que permita o auxílio no lar. E para a equipe, deve ter a síntese de todos os profissionais envolvidos.

Por fim, vale destacar a importância da afetividade nas relações humanas, pois o nosso potencial não está sempre disponível, e é preciso “acioná-lo”. Segundo Vasconcellos (2003, p. 85), “o segredo está na carga afetiva das relações: é impressionante como as pessoas investem suas energias e disposições quando são acolhidas, engendradas, reconhecidas”.

Augusto Cury (2012, p. 24) também menciona a importância das relações afetivas, destacando que a educação incorporou muitas teorias, mas não levou em conta o maior educador do mundo: Jesus Cristo. “Se as escolas estudassem e usassem – sem nenhum vínculo religioso – a psicopedagogia e os princípios da inteligência do Mestre dos Mestres, certamente ocorreria uma revolução em sala de aula”.

Enfim, avaliação escolar é em si o próprio processo de desenvolvimento da escola. Nele abarcamos o desempenho alcançado como retrato das análises e dos acompanhamentos realizados no percurso, assim, como as intervenções e a reorientação da ação pedagógica nos avanços da aprendizagem dos alunos, reintegrando a retomada dos novos planejamentos.

## Referências

- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases nº 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 02 maio 2012.
- CURY, Augusto. *O mestre do amor*. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.
- MACEDO, Lino. *Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MOTTA, E. O. *Direito educacional e educação no século XXI: com comentários à nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: UNESCO, 1997.
- PERRENOUD, Phillippe. *Dez novas competências para ensinar: convite à viagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- VASCONCELLOS, Celso S. *Planejamento – avaliação da aprendizagem: práxis de mudança, por uma práxis transformadora*. São Paulo: Libertad, 2003.
- ZABALA, Antoni. *A prática educativa – como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

# A PRESENÇA DA SUBJETIVIDADE EM TAREFAS AVALIATIVAS

*Prof. Roseli Elaine Wagner Scheer*

Licenciatura Plena em Letras  
Pós-graduação em Metodologias  
Inovadoras Aplicadas à Educação

A avaliação não pode ser um meio de impor a autoridade do professor. Ela deve ser um meio de diagnosticar se está havendo ou não um crescimento das turmas, para que posteriormente, o professor possa tomar decisões no sentido de aperfeiçoar sua metodologia e fixar melhor os conceitos cujo aprendizado seja julgado insatisfatório; avançar no conteúdo caso o resultado seja satisfatório; atender individualmente casos especiais com dificuldades específicas. Sendo assim pode-se dizer que a avaliação é a melhor forma de reorientar um planejamento.

Constata-se a presença, tanto da objetividade quanto da subjetividade, nas avaliações escolares. Isso se verifica muito mais na correção do que na elaboração das questões. Pois, a avaliação será objetiva se o aluno terá apenas uma possibilidade de resposta correta, diante de alternativas simples, múltiplas, itens de lacunas ou mesmo questões de interpretação, em que o aluno deverá dar a resposta, tal qual o professor está esperando. A correção feita pelo professor, nesse caso é objetiva por não lhe caber a interpretação da resposta como certa ou errada, e sim, procurar por resultados previamente determinados (gabaritos). No entanto, se as questões permitem uma resposta pessoal do educando, opiniões, considerações, dissertação sobre determinado assunto, nesse caso, o professor terá de interpretar (subjetivamente) a resposta para considerá-la certa ou errada.

A subjetividade já se faz presente na elaboração das tarefas em todos os graus de ensino. Sempre que se formula uma questão, revela-se uma questão, revela-se uma intenção pedagógica e uma relação com o educando, o que implica necessariamente em subjetividade, pois as questões elaboradas revelam o entendimento do professor sobre os assuntos, sua compreensão sobre as possibilidades dos alunos e sua visão de conheci-

mento. A pergunta que é feita pelo professor, o revela enquanto indivíduo. Isso significa que não há maneira de separar o sujeito que pergunta da pergunta que ele próprio faz.

Da mesma forma, a subjetividade está ligada diretamente à interpretação do professor no momento da correção.

Segundo Hoffmann, na avaliação mediadora, a subjetividade inerente à elaboração e correção de tarefas avaliativas é um elemento que deve ser trabalhado positivamente, pois, a tarefa deve ser tomada como elo de uma grande corrente, em que tanto os “erros” dos alunos como as dúvidas dos professores em interpretá-los, retornarão à sala de aula para serem discutidos por todos. Dessa forma, o momento de correção passa a existir enquanto momento de reflexão sobre as hipóteses que vinham sendo construídas pelo aluno e não para considerá-las definitivamente certas ou erradas.

A escola age como se tivesse o mesmo objetivo dos concursos e vestibulares, a eliminação, “quando a finalidade é seletiva, o instrumento de avaliação é constatativa, prova irrevogável. Mas as tarefas na escola deveriam ter o caráter problematizador e dialógico, momento de troca de idéias entre educadores e educandos na busca de um conhecimento gradativamente aprofundado.” (Hoffmann, 1993:66).

A ação corretiva tradicional impossibilita que as crianças e jovens consigam elaborar suas próprias respostas. Devem dar sempre as respostas sugeridas pelo professor ou textos lidos. Dessa forma, o educando não desenvolve uma reflexão e nem mesmo possui um entendimento próprio sobre o que está respondendo.

Já a avaliação mediadora requer a observação individual de cada aluno, observando-se o processo de construção do conhecimento. Isso exige, com certeza, uma relação direta com ela a partir de uma infinidade de tarefas (orais ou escritas), refletindo e investigando as razões para as soluções encontradas. Dessa maneira, se estará respeitando a subjetividade do aluno e valorizando suas experiências de vida.

A mera atribuição de notas às tarefas avaliativas fez com que o educador deixasse de pensar nas seguintes questões: o aluno aprendeu? Por que não aprendeu? Quais os encaminhamentos possíveis nesse sentido?

Essa avaliação tem-se caracterizado como disciplinadora, punitiva e discriminatória em decorrência da ação corretiva do professor e os enunciados que este emite a partir dessa correção.

Muitos professores justificam a atribuição de notas às exigências burocráticas do sistema. Mas isso não se justifica, pois pede-se apenas menções finais (bimestrais/trimestrais/semestrais/anuais), que significará a promoção ou não do aluno para a série seguinte.

Se na vida a avaliação tem gosto de recomeçar, de partir para melhor fazendo inúmeras tentativas. Então, na escola também deverá ter tal significado e não meramente ser uma constatação, provas de fracasso, periodicidade rígida. A avaliação deve se desenvolver em benefício do educando.

## **Bibliografia**

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação Mediadora*. 2. ed. Porto Alegre. Educação e Realidade. 1993.

# UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

*Rubia Aparecida Tessaro Santos*

Graduação em Língua Portuguesa

Especialização em Psicopedagogia

Clínica e Institucional

Mestrado em Filosofia

rubiattessaro@yahoo.com.br

O Rio Grande do Sul tem alcançado recordes negativos na área da educação, perdendo o lugar de destaque que mantivera por anos. Os índices elevados de reprovação no ensino médio, o abandono escolar dos alunos do noturno e o salário pago aos professores estaduais (que conquistou o título de “mais baixo do país”), apresentaram as mazelas de um Rio Grande do Sul que não investe (ou não dispõe de recursos para investir) o suficiente para sanar dificuldades e impedir que outras surjam e isso não é característica desse ou daquele governo, é um problema político que precisa ser resolvido (ou amenizado) por quem estiver no governo, mas tal enfoque não será prioridade nessa discussão, apesar de aparecer nas “entrelinhas” do que se pretende apresentar: questões sobre a qualidade da formação docente.

Resgatar a qualidade da educação implica em se efetuar uma mudança ampla na estrutura mais básica dos conceitos sobre os quais se assentam as políticas educacionais. Essa mudança começa pelas ações políticas direcionadas aos educadores e à escola; passa pela reavaliação dos cursos de graduação das universidades; passa pelo processo de seleção dos professores para atuarem na escola pública; passa pela concepção de sociedade e de cidadania; passa pelo entendimento da aprendizagem e do potencial humano em cada idade até chegar ao sucesso do aluno e da formação do homem (não entendido apenas na sua concepção de gênero).

## A construção intelectual de um professor

O processo de ensino-aprendizagem é um “acontecer” contínuo, diário e individualizado, que não permite a adaptação de “receitinhas” que deram certo aqui e acolá. É um processo sério, difícil e que exige do

professor mais que o domínio de conhecimentos específicos, exige antes uma formação humana sólida, o que muitos cursos de graduação não oferecem. Se determinado curso de graduação está direcionado à formação de professores para atuarem na educação básica não parece compreensível que se ofereçam as disciplinas didáticas com tanta reserva e que poucos cursos se preocupem em dar um significado prático às teorias da educação. Tampouco parece compreensível que se obrigue os alunos das licenciaturas a investir em cópias xerográficas, apostilas e livros, afim de que decorem conceitos, nomes de pensadores, etapas do desenvolvimento sem que tais conhecimentos sejam úteis para a prática do futuro docente.

Se hoje perguntarmos em qualquer curso de graduação, para formandos ou para os docentes formados na última década qual a importância de se considerar as características da fase latente (Freud, 1976), do período das operações concretas (Piaget, 1976) e da interação social (Vygotsky, 1996) no planejamento de uma sequência de cinco aulas para alunos de 9 anos qual seria a resposta? Ou ainda se perguntarmos de que maneira o planejamento semanal promoverá para esses alunos uma “zona de desenvolvimento proximal”, será que terão condições de fazer um planejamento semanal? E o fazendo saberão articular os saberes para favorecer o momento da aprendizagem? Podemos ter uma surpresa frustrante, sendo bem provável que não saibam ou que façam uma resposta do tipo “enrolation”.

Até acredito que, em lhes sendo questionados sobre quais os pensadores que embasam suas práticas de sala de aula, muitos docentes serão capazes de repetir nomes conhecidos, mas a maioria não saberá demonstrar de que forma esses “caras” se fazem presente no dia-a-dia da sala de aula. Não se entenda aqui que o objetivo dessa escrita seja criticar, achincalhar ou vitimizar os professores. Professor não pode aceitar o lugar de vítima, o professor é uma autoridade e é como tal que deve tratado e respeitado por toda a sociedade.

## Déficits nos estágios da graduação e as lacunas na educação

O que se percebe é que existe uma falha no sistema de formação de professores, nos cursos de graduação, no sistema de avaliação e aprovação dos alunos das licenciaturas. Há uma negligência das universidades

em relação aos estágios e aos estagiários que é percebida pelas escolas de ensino fundamental e médio, pois as coordenações pedagógicas das instituições de educação básica, que recebem os acadêmicos para estágio e que verdadeiramente os acompanham, reclamam que estão vindo acadêmicos sem domínio de turma, sem postura de docente e, pior, sem domínio do conteúdo. A falta de acompanhamento presencial dos seus professores orientadores do estágio talvez seja um ponto que favoreça o despreparo, pois o professor da universidade avalia seus estagiários através das informações das práticas realizadas no estágio e do sucesso ou não das mesmas unicamente pelo relatório do acadêmico e, eventualmente, por algum formulário preenchido pela coordenação das escolas. O papel aceita tudo e não traz o olhar, as falas, a expressão dos alunos, a conduta do acadêmico na docência.

Outro problema para a formação docente: o curto tempo de efetivo estágio. Passar dez horas “acompanhando” a rotina de uma escola e o andamento de uma turma em uma disciplina é pouco tempo para se conseguir coisas muito importantes como: conhecer a escola; perceber seus pontos positivos e seus pontos de insuficiência; inserir-se no grupo docente e ser bem aceito e estabelecer um vínculo afetivo com os alunos da turma em que será realizado o estágio. Por que essas coisas são importantes? Seria possível afirmar que são essenciais, na verdade.

## Um caminho possível para os estágios nas escolas

É preciso conhecer a realidade, conversar com as pessoas, com os alunos, com os pais, com os professores – não entrevistar ou dar questionários para responder, conversar mesmo! – Essas conversas fornecem informações importantes sobre o nível sócio-cultural e econômico dos alunos, sobre a relação das famílias com a escola, sobre as relações intra-familiares, sobre os sonhos e prioridades dos pais, sobre os interesses dos alunos na escola, na vida e para si mesmos.

As conversas fornecem informações que podem colaborar no planejamento das aulas e facilitar o sucesso da aplicação, podem (e vão) apresentar os pontos de destaque da educação oferecida na instituição e os pontos em que ainda é necessário melhorar, ampliar, fortalecer – além de evitar que se façam julgamentos precipitados ou tendenciosos seja da escola, dos professores ou dos alunos.

O estagiário precisa de tempo para se tornar cúmplice do professor titular, para “trocar figurinhas”, para implementar e colaborar na prática desse professor – é isso que ele espera, o professor quando aceita um estagiário tem a pretensão de aprender com ele, para receber informações que só a experiência ensina e um “defeito” que se mostra na maioria dos estagiários nas escolas é justamente a crítica vazia. Eles sabem o certo e o errado a partir das teorias e, ao realizarem o acompanhamento de algumas aulas do professor titular, registram praticamente só críticas às suas aulas, considerando-as “arcaicas” e “tradicionalistas” – como se ‘tradicional’, fosse uma ofensa! Os jesuítas eram “tradicionalistas” em seus métodos de ensino e ensinaram até música para os guaranis, um povo com uma cultura totalmente diferente e que nem falava a mesma língua dos padres – ser tradicional é ruim? Talvez nem tanto! Talvez é melhor ater-se a fazer o “tradicional” bem feito do que “brincar” de dar aula ou fazer “aula-show” e não ensinar nada.

Depois, o estagiário faz uma ou duas aulas de “aplicação”. Aplicam aulas e exercícios retirados da internet, nem tanto dos livros didáticos – que têm oferecido atividades e explicações complementares de boa qualidade. No olhar do estagiário, algumas vezes, o uso do livro didático pelo professor titular em sala de aula, transforma-o em professor alienado e preguiçoso que copia tudo e não planeja, mas o que dizer das cópias da internet? Das aulas prontas passadas no datashow?

## Máscaras para uma sucessão de “mal-feitos”

Quem são esses “pseudoprofessores” que estão se (mal) formando e vindo para as escolas? A carreira de professor não atrai os mais qualificados, é um fato. Na Finlândia, cada turma, inclusive da educação básica, tem dois professores: o professor titular, doutor, e o professor assistente, mestre. Enquanto o professor titular ministra a aula, o assistente acompanha individualmente os alunos, olha os cadernos, confere o tema, “assiste” o desenvolvimento de cada um e há uma valorização financeira para esses profissionais, por isso eles tornaram a educação nesse país uma referência para o mundo.

No Brasil, é preciso rever essa enxurrada de cursos de licenciatura à distância. Também é preciso avaliar em que condições os novos profissionais da educação estão alcançando o diploma. É cômodo para o país “cerrar os olhos” para algumas “falsidades”, pois mascara dados no IBGE e promove uma imagem melhorada da escolaridade dos brasileiros.

Parece possível fazer uma analogia entre as licenciaturas e a medicina, ressalvadas as diferenças peculiares a cada uma, mas igualadas em importância e capacidade de destruição. Analise-se: são autorizados cursos de medicina à distância ou *on line*? Os estágios de medicina podem ser feitos com a observação de duas ou três cirurgias seguidas de uma ou duas “aplicações” de conhecimento nos pacientes? Quem se atreveria a ser paciente de um médico com uma formação *on line*? A medicina é levada muito a sério, é um curso exigente, com seleção disputada e dificultada, em que professores exigem o máximo e em que os alunos querem ser exigidos ao máximo e, mesmo assim ainda acontecem problemas na formação e erros médicos.

Considere-se que um médico corre o risco de “errar” com um paciente por vez. Os médicos são punidos por qualquer erro que cometerem e podem, inclusive, perder o direito de exercer a profissão. Na medicina não há modismos teóricos. Comparemos a formação de médicos com a formação de professores: a seleção dos alunos para as licenciaturas, muitas vezes, parece piada; as disciplinas e as avaliações beiram o “ $1+1=2$ ” para evitar reprovações e perda de mensalidades futuras, os alunos não querem ser exigidos e os professores não querem perder alunos e, então, diplomam-se quase todos. Repetência quase zero. Aprendizagem?!

Irônico?! É triste mesmo, professores mal formados conseguem a proeza de “matar” vinte ou trinta alunos em uma aula, “matam” a vontade de aprender, o vínculo com a escola, com a disciplina, com o próprio agente do educar, com o sonho, com o futuro. Não há punição alguma para os erros da educação. Ainda bem! Por que, caso contrário, os modismos pedagógicos lançados pelos governos para trocar a máscara da escola pública, a cada eleição, poderia comprometer o futuro político de alguns elegíveis.

## Alguns caminhos para o reencontro com a utopia

Qualificar a educação pública é possível, necessário e urgente, mas não depende exclusivamente do professor e da escola. Primeiramente, o passo inicial tem que ser dado com a proposta de uma carreira bem

remunerada para atrair estudantes dedicados, os melhores estudantes, para os cursos de licenciatura. Os cursos de licenciatura deveriam ser fiscalizados e avaliados periodicamente pelo governo federal, não através de provas para os alunos apenas, mas com um acompanhamento, com visitas, com uma proposta que garantisse a formação humana básica e uniforme para todos os docentes do país. A universidade e os cursos de licenciatura deveriam receber mais investimentos para pesquisa e qualificação, para que pudessem oportunizar vivências aos acadêmicos dentro da escola pública – isso engrandeceria a escola, a qualidade da educação e a formação do acadêmico – mas sem verba é inviável.

Outra questão que poderia ajudar na qualificação da educação pública no país seria, talvez, federalização da educação básica, para que políticas miúdas não pudessem interferir negativamente dentro das escolas e para que todos os professores tivessem acesso ao piso nacional do magistério e as mesmas chances na carreira.

E o processo de seleção para ingressar na carreira de professor, outro ponto obscuro para se alcançar a educação pública de qualidade, deveria avaliar características que não aparecem numa prova escrita e objetiva, pois tal avaliação valoriza apenas a capacidade de decorar conceitos e fazer associações, não garante que o aprovado tenha domínio dos conteúdos e desenvoltura para ministrar uma aula. Seria preciso uma prova didática na escola com banca de professores-doutores, de professores experientes e de alunos. Também seria de grande valia que houvesse uma avaliação psicológica séria e completa, que as liminares judiciais não desvalorizassem ou anulassem a validade dessas técnicas, precisamos ter maiores garantias de que os aprovados para assumirem o cargo de professor tenham um perfil emocional e moral equilibrado, um caráter reto, para dificultar a entrada de pessoas que não querem ser docentes, mas que precisam se sustentar, e que vão usar do cargo apenas para fins de sobrevivência.

Faltam professores! Faltam muitos professores para suprir a necessidade das escolas. Mas falta muito, muito mais professor qualificado para suprir as necessidades de produção de conhecimento, para suprir as necessidades de uma educação viva, humana, conectada, ágil, real. Entenda-se que ser um professor qualificado significa ter atitude docente dentro e fora de sala de aula, estudo permanente, formação, atualização, revisão e criação de práticas pedagógicas voltadas à aprendizagem de todos. Isso é o começo do ser professor. Há vagas na escola pública.

## Bibliografia

DOLTO, F. *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.

\_\_\_\_\_. *Política e educação*. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

FREUD, Freud, S. *Três Ensaios sobre as teorias da sexualidade* (J. Salomão, Trad.). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. VII ). Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Original publicado em 1905).

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação* (trad. Catarina Eleonora da Silva e Jeanne Sawava). 2ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF. UNESCO, 2000.

PIAGET, Jean. *Seis estudos de Psicologia*. Trad. Maria Alice M. D'Amorim e Paulo Sérgio L. Silva. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e Linguagem*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

# PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EM MATEMÁTICA

*Salete Fucilini Loeblein*

Formada em Ciências Plena Matemática – UNIJUÍ

Pós- Graduada em Gestão Escolar – UNICID

E-mail:salete0604@gmail.com

A avaliação em Educação tem sido, nas últimas décadas, apontada como solução para os males da Escola. Muitas vezes, tais apelos associam a avaliação à construção de instrumentos para o recolhimento de informação para uma medição. Esta é, contudo, em nosso entender, uma visão muito redutora da avaliação. Embora avaliar suponha sempre um ato de juízo de valor, não basta recolher informação. É indispensável, entre outras tarefas, interpretar essa informação no contexto onde ocorre, desenvolver uma atitude crítica e compreensiva sobre ela, delinear alternativas, atribuir visões não simplificadas da realidade e prever intervenções sustentadas na interpretação e análise da informação recolhida. Em outras palavras, avaliar significa desenvolver uma cultura avaliativa que procure a criação de conhecimento para um agir futuro.

A investigação em avaliação é certamente um meio privilegiado para o desenvolvimento de tal cultura. O seu surgimento de uma forma mais efetiva e continuada começa a ser uma realidade nos dias de hoje, muito em particular na área da Educação Matemática. Eles fazem parte de múltiplos campos, tais como os sistemas educativos, a aprendizagem dos alunos e o desenvolvimento profissional dos professores.

A gestão da qualidade da Educação é certamente uma prioridade das políticas educativas. É, contudo, de fazer notar que a avaliação dos sistemas educativos, e da Educação em Matemática em particular, não pode reduzir-se à aplicação de provas que testem o desempenho escolar dos alunos. Esta avaliação implica uma perspectiva bem mais global e integrada.

No que diz respeito à Educação Matemática, muitas são as questões que se podem colocar, como sejam: Qual a adequação dos programas em vigor face às finalidades e objetivos atuais para o ensino da Matemática?

Quais os mediadores curriculares postos à disposição dos professores? Qual a sua qualidade? As investigações apontam que as práticas avaliativas desenvolvidas pelos professores que contribuem para a aprendizagem dos alunos buscam melhor desempenho dos alunos é coerente e faz parte integrante do currículo? Quais os principais obstáculos que dificultam a mudança das práticas avaliativas que ocorrem na sala de aula de Matemática? Como ultrapassá-los? Que concepções têm os professores sobre a avaliação e de que forma elas modelam as suas práticas avaliativas? Qual a natureza da formação que se impõe desenvolver na área da avaliação? De que modo é possível apoiar o desenvolvimento profissional dos professores de Matemática, em particular na área da avaliação? Do exposto, é possível afirmar que muitas são as questões que se colocam quando pensamos na avaliação em Educação Matemática.

A avaliação formadora numa perspectiva construtivista da aprendizagem, é atribuído ao aluno, um papel central. Não deixando de ser essencial o papel do professor, este passa sobre tudo a assumir a responsabilidade de construir e propor contextos favoráveis e adequados de aprendizagem e de gerir e orientar o aluno no desenvolvimento de tais contextos. Ao aluno, através de um contexto de interação social facilitador, espera-se que vá evoluindo e mudando de forma estável por sua própria ação. Esta mudança não segue uma lógica linear do simples para o complexo, mas antes faz-se através de situações desafiantes e intelectualmente exigentes, como seja através da resolução de problemas.

A avaliação formativa passa então a ser vista como um processo de acompanhamento do ensino e aprendizagem. O seu objetivo é acima de tudo ajudar a compreender o funcionamento cognitivo do aluno a uma dada situação proposta. Não é a correção do resultado o seu foco de atenção, mas antes a interpretação que procura a compreensão dos processos mentais dos alunos. É, aliás, nesta perspectiva que o erro assume um valor de grande importância é através dele que podemos entender aos processos mentais do aluno, que podemos compreender como pensa e que relações podem ser estabelecidas num dado momento passa a ser visto como uma fonte poderosa de informação, tanto para o professor, como para o próprio aluno.

## Referências

HOFFMANN, J. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

HOFFMANN, J. *Avaliação: mito e desafio*. Porto Alegre: Mediação, 1992.

\_\_\_\_\_. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação, 1993.

\_\_\_\_\_. *Avaliação na pré-escola: uma olhar sensível e reflexivo sobre o educando*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS e MENEZES, *Avaliação e Matemática: problemas e desafios*, in [http://www.esev.ipv.pt/mat1ciclo/avaliacao\\_files/MA\\_livro\\_Aval..pdf](http://www.esev.ipv.pt/mat1ciclo/avaliacao_files/MA_livro_Aval..pdf), edição Secção de Educação Matemática da Sociedade: <http://www.spce.org.pt/sem>. 1ed, Viseu, 2008.

# PRÁTICA DE AVALIAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA

Vilma Terezinha Levy

Graduação em Letras

Especialização em Ensino Aprendizagem  
de Língua Portuguesa

*“A avaliação é reflexão transformada em ação. Ação essa, que nos impulsiona para novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre a realidade e acompanhamento, passo a passo do educando, na sua trajetória de construção de conhecimento.”*  
(Jussara Hoffmann)

É com esta visão defendida pela professora Jussara que abordarei uma discussão sobre o papel da disciplina de Língua Portuguesa para o ensino médio, considerando que a LDBEN/96 toma o mesmo como uma etapa final da educação básica, essa fase de estudos consolida todos os conhecimentos construídos ao longo do ensino fundamental, buscando identificar sua positividade e a sua negatividade e compreender que, ao ser utilizada pelo educador, serve para a elaboração de um julgamento de valor, tanto a respeito de seus educandos como de sua própria metodologia. E também defenderei a avaliação a partir de vivências educacionais. E para este trabalho conto com o suporte teórico de Cipriano C. Luckesi (2006), Sírio Possenti (1996), Paulo Freire (1996), entre outros.

Num primeiro momento é preciso fazer uma avaliação sobre nossas práticas em sala de aula. Este assunto é amplo e complicado, pela grande complexidade na delimitação de conceitos, porque a língua é simultaneamente veículo de comunicação, de transmissão de conhecimento e objeto de estudo, por isso que influencia no processo de ensino/aprendizagem e conseqüente avaliação. Nós constantemente avaliamos nosso modo de agir e ser, assim como a nossa roupa, nossa alimentação e nosso trabalho. Sentimos necessidade disso, para melhorarmos nossa vida e crescermos pessoal e profissionalmente. Tal qual avaliamos, também somos avaliados

dentro da sociedade. Essa dinâmica de seleção a partir de alguns quesitos serve como instrumentos de discriminação e seleção social também nas escolas.

O objetivo deste artigo é discorrer sobre a prática da avaliação de acordo com suas expectativas e a sua devida importância para o desenvolvimento do conhecimento intelectual do educando no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que este ao ingressar na educação básica já tem adquirido a linguagem que, independente de questões socioeconômicas ou culturais, deve ser valorizado pelo educador para que assim ocorra o desenvolvimento da aprendizagem de língua portuguesa.

Atualmente, a avaliação da aprendizagem em nossas escolas está se transformando num instrumento de marginalização. O aluno passa a ser considerado incapaz pelo sistema e pela sociedade e a consequência é a evasão escolar. Ela tem tido uma função classificatória e autoritária, em que o professor cumpre exigências e o aluno sofre as consequências. Só lá no final do ano letivo a aprendizagem do aluno vai ser verificada, e esta serve apenas para decidir quem é aprovado ou não. Normalmente, a avaliação leva em conta apenas o que foi ensinado pelo professor para dar uma nota a esse estudante.

A avaliação não é tarefa fácil, mas é necessária, pois é através dela que podemos verificar se o aluno realmente aprendeu ou se precisamos rever nossas práticas. Pois, avaliar é uma prática para aprimorar o processo de ensino e também para corrigir nossas falhas. Os resultados das atividades avaliativas serão analisados durante o período letivo pelo aluno e pelo professor, observando os avanços e as necessidades detectadas para novas ações pedagógicas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa a avaliação deve ser um processo contínuo e que dê prioridade à qualidade e ao desempenho do aluno ao longo do ano letivo.

Portanto, esse trabalho busca desenvolver uma análise reflexiva em relação à prática da avaliação realizada nas aulas de língua portuguesa, servindo como uma forma de se enxergar como o processo ensino aprendizagem está ocorrendo e se as metodologias trabalhadas estão de fato obtendo resultados, para que após a realização dessa análise se possa compreender quais as falhas e quais os acertos que essa prática possibilita para o melhoramento do ensino.

Para que a prática da avaliação compreenda os conhecimentos dos educandos, é necessário que seja aplicada de maneira contínua, pois avaliar apenas através de provas não mostra realmente aquilo que o aluno aprendeu. Para que o processo ensino aprendizagem ocorra inteiramente é necessário que haja a avaliação, pois esta tanto analisará o educando quanto o educador, e para que através do ensino buscar sempre a valorização dos conhecimentos próprios dos educandos, que falantes de Língua Materna, possuem capacidades comunicativas que foram adquiridas através do convívio familiar, uma vez que este caracteriza o início da construção de sua personalidade.

A partir do ingresso no convívio escolar o estudante já dotado de capacidades interagirá com as novas realidades que lhe serão apresentadas, sendo a escola a responsável por essa interação e a que deve possibilitar condições para que a aprendizagem possa ocorrer de forma satisfatória, compreendendo as diferentes realidades, possibilitando uma facilitação entre o conteúdo e o educando para que assim o processo ensino aprendizagem se constitua.

É nessa perspectiva que analiso a prática da avaliação como uma forma de verificação e de compreensão do processo de aquisição de conhecimento, o qual deve ser adquirido por meio de interações em sala, sendo adaptada a realidade e ao conhecimento próprio do educando sendo a avaliação que verificará esse conhecimento e analisará tanto o desempenho do educando e quanto a metodologia do educador. A partir da utilização da avaliação verificaremos como caminha a aprendizagem, e quais os fatores que o influenciam para que assim haja uma identificação de falhas existentes, e com a obtenção de resultados se possa estabelecer meios para que ocorra uma melhora no desenvolvimento educacional.

Quando me refiro à avaliação do processo ensino aprendizagem de Língua Portuguesa como de outras disciplinas, estou enfatizando a verificação do nível de aprendizagem que os educandos obtiveram durante a explicação de um conteúdo ou ao final de um bimestre, servindo também para que o educador possa analisar como encontra-se a sua prática, verificando se a sua metodologia de ensino está alcançando os objetivos desejados, pois a partir da análise da prática pedagógica é que se poderá identificar os problemas existentes. Assim, se em uma turma a maioria dos alunos fracassam, o problema está mais além do que apenas nos educandos. Estas dificuldades devem está partindo da transmissão do

educador para a turma. Então ele como o mediador do conhecimento deve facilitar a sua transmissão de conteúdo, adaptando-se a sua turma e assim os ensinando a aprender a aprender.

Nessa perspectiva compreende-se que a avaliação não deve ser entendida apenas com um método de promoção, embora seja essa sua principal característica, e que os educandos centralizam a sua atenção apenas na obtenção de notas, e alguns professores utilizam-se desse método para assustar a turma. A escola como estabelecimento de ensino usa as notas para a verificação da aprendizagem dos educandos seguindo pré-requisitos estabelecidos pelo sistema educacional, o qual necessita das mesmas para a comparação, e assim elaborar um juízo de valor a respeito da aprendizagem adquirida.

Para a obtenção de resultados, à avaliação vem basicamente apresentar três funções a diagnóstica que avalia o educando no início de uma unidade, buscando constatar as necessidades presentes, para que possa ocorrer a aquisição de novos conhecimentos, a partir da verificação de possíveis dificuldades para a compreensão das mesmas, é formativa por ter em vista a função de controle realizando-se ao decorrer do ano letivo, como objeto de verificação para a análise dos resultados a qual os educandos estão chegando a partir das atividades realizadas em sala, é somativa quando possui como função a classificação ao término de uma unidade ou ao final de um período letivo.

A avaliação dever ser pensada para que se verifique o aprendizado do educando, por meio de uma observação contínua e não apenas através de provas que possivelmente não atinjam todos os pontos de conhecimentos adquiridos, devendo-se haver uma participação ativa dos educandos no processo de aquisição e de transformação de seu conhecimento para uma melhor análise do ensino desenvolvido e de entendimento do mesmo.

Para que a avaliação funcione para os alunos como um meio de autocompreensão, importa que tenha, também, o caráter de uma avaliação participativa. Por participativo, aqui, não estamos entendendo o espontaneísmo de certas condutas auto-avaliativas, mas sim a conduta segundo a qual o professor, a partir dos instrumentos adequados de avaliação, discute com os alunos o estado de aprendizagem que eles atingiram. Luckesi (2006, p. 84)

É nesse sentido que a avaliação assume um papel de orientadora a partir de sua grande dimensão, identificando as dificuldades de aprendizagem e consequentemente mostra o que foi adquirido ao longo do processo de ensino- aprendizagem, sendo um meio para o educador conhecer melhor o educando e, em consequência, ver o reflexo do seu trabalho, para que isso ocorra é necessário que o educador a partir dos critérios quantitativos e qualitativos se vise à absorção de conhecimento de uma forma continuada, provocando no educando uma interação com o conteúdo a ser desenvolvido.

A prática da avaliação é um fator essencial no processo de ensino, e uma das fases mais importantes é a sua elaboração, esta que deve ser planejada e deve conter aspectos que compreendam as características da turma, não deve ser usada para aterrorizá-los, mas sim para verificar os diversos desempenhos, e após a aplicação os resultados devem ser coletados para a produção de um julgamento de valor, e assim o processo de avaliação obtenha êxito.

Neste artigo a avaliação como prática educacional verifica o desempenho escolar e seus resultados possibilitam meios para o melhoramento dos educandos e das metodologias utilizadas pelo educador ao ministrar suas aulas. Nessa perspectiva é notório que através da prática continuada da avaliação haja um controle do aprendizado e da metodologia de aula, assim possibilitando um melhor desenvolvimento da aprendizagem e consequentemente do ensino. Para que o aprendizado alcance o objetivo é importante que o professor faça uma sondagem nas turmas, para identificar o nível de cada uma. Pode ser através de exercícios orais e escritos, relatórios, testes e trabalhos em grupos. O nosso aluno precisa aprender a trabalhar em equipe. E o professor deve ensiná-lo. É preciso ter persistência.

O trabalho com a língua oral e escrita supõe uma formação inicial e continuada, possibilitando ao professor estabelecer as articulações entre a teoria e a prática. Para que as propostas das Diretrizes Curriculares se efetivem na sala de aula é importante a participação do professor. Este deve respeitar as diferenças e promover uma ação pedagógica de qualidade a todos os alunos para construir relações sociais mais generosas e incluídas.

Segundo Vasconcelos (2000,p.13) rituais, instrumentos, formas de expressão de resultados, etc. são mediações, que só ganham sentido a partir da concepção que se tem de avaliação, em especial da sua intencionalidade. Então, o professor deverá estar atento para os objetivos propostos e observar até que ponto foram atingidos, observar se a metodologia aplicada está ajudando o aluno no processo ensino e aprendizagem. Sabemos que a escola tem a função de promover condições para que os alunos reflitam sobre os conhecimentos construídos e possam agir sobre eles, transformando-os continuamente. Sendo assim, o papel da disciplina de Língua Portuguesa é o de possibilitar o desenvolvimento dessas ações de produção de linguagem em diferentes situações de interação.

A maior preocupação do professor, “A prática da avaliação escolar” tem ocupado bastante espaço, principalmente quanto ao ensino das competências na disciplina de Língua Portuguesa que ocorre através das atividades de leitura e de produção de diferentes gêneros textuais. Nós passamos muito tempo avaliando conteúdos fragmentados, queremos saber se ele sabe aplicar regras gramaticais, tudo isso é importante, mas não podemos deixar de lado a produção textual. Pois é escrevendo que o aluno aprende aplicar as regras estudadas, e esta é a melhor maneira do professor avaliá-lo na disciplina.

Por outro lado, é importante que a escola construa coletivamente o perfil do aluno a ser promovido, com objetivos claros fica mais fácil para o grupo de professores dar continuidade ao trabalho iniciado pelo colega. O professor de Português não pode trabalhar isoladamente, ele precisa estar conectado com todas as disciplinas, afinal o aluno precisa da leitura e da escrita em todos os momentos.

É preciso definir o perfil desejado para o aluno do ensino médio, em termos de suas capacidades e possibilidades de atuação, e também definir as relações que essa etapa de formação estabelece com o ensino fundamental. Por isso, é importante que o aluno ao concluir a oitava série saiba ler, produzir textos, narrar, sintetizar e argumentar com idéias lógicas, usar elementos coesivos, discurso direto e indireto, concordância nominal e verbal e ortografia. Assim, no ensino médio ele está pronto para atuar de forma que garanta ao estudante a preparação básica para o prosseguimento dos estudos, inserindo-o no mundo do trabalho. Por isso as ações realizadas na disciplina de Língua Portuguesa devem propiciar

ao aluno refinamento de habilidades de leitura e de escrita, de fala e de escuta. Isso implica tanto na ampliação contínua dos saberes, quanto à capacidade de reflexão sobre a língua e a linguagem.

O aluno deve ter acesso aos diferentes gêneros textuais, uma vez que hoje é considerada uma prioridade no ensino da língua. Mas não é apenas acesso à leitura do gênero, e sim que ele aprenda a produzir. O professor precisa planejar momentos de leitura e escrita, fazendo reflexões acerca dos gêneros textuais que trazer para sala de aula.

Quanto à produção de textos, se decidirmos avaliar, devemos construir os instrumentos adequados a serem usados e as formas de registros dos resultados, diagnosticando as dificuldades e os avanços dos alunos. Em resumo, a avaliação faz parte da nossa ação pedagógica diária e precisa ser dada prioridade a essa prática.

Dessa forma, reforço que o processo avaliativo é um elemento indissociável do trabalho pedagógico na escola, este deve ajudar a desenvolver competências e habilidades. Embora nesse campo de estudos, praticamente se impõe a necessidade da abordagem interdisciplinar, principalmente, no que tange às referências teórico-metodológicas abraçadas pela Língua Portuguesa para o tratamento do texto nas atividades de compreensão e produção, isso para que as disciplinas do ensino médio alcancem as finalidades da educação com as quais se compromete nesse nível de ensino. Portanto, cabe à escola junto com os professores analisar os conteúdos a serem transformados em objetos de ensino aprendizagem.

Ao se analisar a prática pedagógica da avaliação, nota-se que a sua utilização possibilita a verificação da aprendizagem decorrente do processo ensino aprendizagem de Língua Portuguesa, possibilitando ainda ao professor repensar na sua prática de trabalho e melhorando sua metodologia, para que assim haja um crescimento na educação, e o educador deve visar a valorização dos conhecimentos prévios do aluno, levando em conta que os adquiriu em meio a sua vivência familiar e esta influência diretamente na formação da personalidade do indivíduo. Portanto a avaliação deve ser entendida como método educacional que estabelece meios para a mudança e para o melhoramento na prática da disciplina de Língua Portuguesa.

## Referências

AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional – regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2000.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, São Paulo, Coleção Leitura, 1996
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à Universidade*. 8ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2005
- KLEIMANN, A. *Texto e Leitor, aspectos cognitivos da leitura*. Campinas: Pontes, 1995
- LEAL, Telma Ferraz, (ORG.) *Intencionalidades da avaliação na Língua Portuguesa*.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)*
- LINGUAGENS, Códigos e suas Tecnologias. Ministério da Educação – Brasília, Secretaria de Educação Básica, 2008
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar*. São Paulo: Libertad, 1994.
- VASCONCELLOS, C dos S. *Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança*. São Paulo: Libertad, 1998.





# O Olhar de Quem Faz a Avaliação

Vivências, Conhecimentos e Desafios

